



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na declaração conjunta dos Presidentes do Brasil e da Colômbia sobre Intercâmbio de Cooperação

Palácio do Itamaraty, 07 de março de 2003

Meus amigos e minhas amigas,

É com muito orgulho que o Governo brasileiro recebe, nesta tarde de hoje, o Governo colombiano, liderado pelo seu presidente, Álvaro Uribe.

Durante muito tempo, eu disse publicamente que a relação do Brasil com alguns países da América do Sul era uma relação muito mais sentimental do que uma relação política, cultural e comercial. Durante muito tempo se falou na integração da América do Sul, se falou na integração da América Latina. E o que nós vimos é que, muitas vezes, Presidentes ganham as eleições, tomam posse, terminam seus mandatos e praticamente não há nenhuma reunião de trabalho efetiva entre os governantes dos diferentes países da América do Sul.

A presença do presidente Uribe no Brasil é a demonstração mais viva de que não apenas o Brasil, mas outros países da América do Sul estão imbuídos e empenhados em consagrar de forma definitiva uma relação produtiva, harmoniosa, sem que nenhum país tenha supremacia nessa relação com outros países.

Tivemos uma reunião de trabalho que, penso, foi muito produtiva para nós, brasileiros, e também para os colombianos. Participaram dessa reunião, além dos ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia, ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio dos dois países, ministros do Meio Ambiente dos dois países, ministros de Minas e Energia dos dois países, ministros da Defesa dos dois países e ministro da Justiça do Brasil só, porque, na Colômbia, a ministra da Defesa é a própria ministra da Justiça. E discutimos os temas que entendemos serem interessantes para o Brasil e para a Colômbia.



Primeiro, o compromisso do Brasil na ajuda à Colômbia e a nossa solidariedade total no combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Segundo, o estabelecimento de uma parceria comercial mais efetiva, de acordo com a dimensão dos dois países. A relação comercial Brasil e Colômbia é muito pequena e, tanto o presidente Uribe quanto nós, aqui no Brasil, vamos fazer um esforço muito grande para que essa relação comercial possa crescer e para que a nossa balança comercial seja mais ou menos ajustada para que o Brasil não leve tanta vantagem nessa relação comercial, fazendo com que a Colômbia tenha um déficit comercial muito grande.

Discutimos com os nossos ministros o que pode ser feito pelos nossos Governos em cada área, para que possamos combinar o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento agrícola e para que possamos, conjuntamente, participar da discussão na Alca, com a força que tem a Colômbia na Comunidade Andina, e com a força que tem o Brasil, no Mercosul.

A idéia básica é que separados, cada um tentando resolver o seu problema individualmente, nesse mundo globalizado, teremos muito mais dificuldades do que se trabalharmos conjuntamente, aparando as diferenças que temos entre os dois países e estabelecendo os pontos comuns que podem nortear a atuação do Brasil e da Colômbia.

Quero terminar dizendo ao presidente Uribe que pode sair do Brasil com a certeza viva de que o meu Governo quer acabar com essa relação meramente sentimentalista. Nós precisamos de ajuda mútua. Nós precisamos que a nossa economia cresça. Nós precisamos gerar riquezas. Nós precisamos gerar empregos e precisamos, sobretudo, acabar com a miséria que existe no nosso continente e nos nossos países. E isso, possivelmente, será facilmente resolvido se nós tivermos a competência de entender que Brasil e Colômbia ainda não exploraram 10% do potencial que tem que ser explorado pelos dois países, para facilitar o nosso desenvolvimento.

Saia do Brasil com a certeza de que somos parceiros. Parceiros políticos,



culturais, comerciais, e parceiros para acabar com a violência na Colômbia e no Brasil.

/lrj/cms



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Dia Internacional da Mulher

Brasília-DF, 7 de março de 2003

O Dia Internacional da Mulher, celebrado amanhã, merece de todos nós uma reflexão do que já se fez e do muito que ainda há para ser feito de modo que todas as mulheres do Brasil alcancem a dignidade, o respeito e a igualdade que uma sociedade democrática exige.

As mulheres devem orgulhar-se de suas conquistas. Devemos comemorar o espaço obtido por elas na vida pública e em todas as atividades econômicas. Devemos estimular esse progresso e procurar ir mais além.

Quero dirigir uma palavra especial às brasileiras que, com coragem, enfrentam as dificuldades ligadas à pobreza e à miséria. Aquelas que trabalham e cuidam, muitas vezes sozinhas, de suas crianças, e que sofrem violência de toda natureza.

Para marcar o dia internacional dedicado às mulheres, vamos homenageá-las em cerimônia a ser realizada no Palácio do Planalto, no próximo dia 12 às 16 horas.

(\$212)



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da IX Feira Internacional do Plástico

São Paulo – SP, 10 de março de 2003

É a segunda vez que eu venho a São Paulo, num evento oficial, e a prefeita Marta e o governador Alckmin estão me fazendo um bem muito grande, porque eu sou obrigado a falar pouco, na medida que eles falaram pouco. Normalmente a gente faz um discurso e esquece de terminar.

Eu quero ser muito breve, e dizer ao governador Geraldo Alckmin e à prefeita Marta Suplicy, aos empresários do setor plástico, aqui representados nesta Feira extraordinária, aos ministros aqui presentes, que nós precisamos adotar, como hábito político nosso, freqüentar as feiras existentes no nosso país. Porque é exatamente numa feira que a gente consegue visualizar, sentir muito de perto, aquilo que nós temos de inovação tecnológica, aquilo que nós temos de modernidade produtiva e aquilo que nós temos de fonte geradora de riquezas e de trabalho no nosso país.

Esta feira, que é tida como a terceira mais importante do setor, no mundo, só é possível porque nós temos o Anhembi, porque temos um Alcântara Machado, porque há empresários dispostos e corajosos de mostrar aquilo que são capazes de fazer, e porque temos os trabalhadores brasileiros, que eu acho que, sem eles, nenhum de nós estaria aqui e nem estaríamos fazendo uma feira.

Eu acabo de vir da Mercedes Benz, onde ouvi, do Presidente daquela empresa, a frase de que os trabalhadores brasileiros na indústria automobilística e na Mercedes Benz fazem, hoje, produtos de melhor qualidade que os seus parceiros na Alemanha. E essa junção de investimentos públicos, combinados com investimentos privados, com uma classe trabalhadora bem formada, com incentivos às pequenas e às médias empresas brasileiras, é que irá permitir que a gente possa, dentro de pouco tempo, jogar o pessimismo na lata do lixo e começar a acreditar



que, neste imenso país, não há espaço para choradeira, não há espaço para aves de mau agouro. E há espaço, pura e simplesmente, para a gente acreditar que o Brasil será do tamanho da consciência política, empresarial e econômica de cada um de nós. Essa combinação é que pode permitir chegarmos a um grande avanço em apenas 70 dias de governo.

Quando escolhi o Furlan para ser ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, quando escolhi o Roberto Rodrigues para ser ministro da Agricultura, é porque eu queria um “meio de campo” que fizesse um papel na política internacional que até então não tínhamos feito.

Se é verdade que o nosso país precisa exportar, gerar superávit na nossa balança comercial, para nos tornarmos cada vez mais independentes do capital externo, nós só podemos demonstrar que queremos isso colocando pessoas certas para fazerem isso. E eu acho que o Furlan e o Roberto Rodrigues, um na área da indústria e do comércio e o outro na área da agricultura, são pessoas que estão para o Brasil como pessoas da melhor qualidade. E se eles não fizerem, eu acho difícil que outros consigam fazer mais. E a ordem do Presidente é curta, mas não grossa: é de dizer para eles que a nossa obsessão é aumentar a nossa balança comercial. Por isso nós temos que fazer política exterior com mais competência e com muito mais força do que nós fizemos até agora. É preciso acabar o tempo de brasileiro viajar para o exterior e falar só de mortalidade infantil, de criminalidade, de carnaval ou de futebol. Tudo isto existe, mas existe também o outro lado do Brasil competente, do Brasil competitivo, e nós não temos que nos apresentar ao mundo como se fôssemos os pobrezinhos.

Este país é grande, tem uma base industrial, tem tecnologia, tem uma base universitária, tem uma classe trabalhadora bem formada. É só a gente querer que a gente passa a ser respeitado no mundo.

Durante a campanha eu dizia uma coisa: nenhum país do mundo será mais rico, mais competitivo, se as taxas de juros reinantes forem mais atrativas do que as taxas de lucros advindas da produção.



Da mesma forma que nós temos que dizer que nenhum país do mundo conseguirá ser competitivo se as empresas e os exportadores tiverem que exportar encargos sociais e impostos para o mundo inteiro.

É por isso que nós fizemos um compromisso na campanha, que no primeiro semestre de 2003 – e aqui há vários empresários que estavam em quase todos os debates –, nós iríamos mandar para o Congresso Nacional uma reforma tributária.

Porque reforma tributária todo mundo quer, mas na hora em que você pergunta qual a sua, cada um tem a sua e aí, se não houver um grupo de pessoas dispostas a costurar um consenso necessário, não um consenso que interesse a esse ou àquele setor, a esse ou àquele estado, mas à Nação, essa política tributária não sai.

É por isso que o governador Alckmin sabe do orgulho que eu fiquei quando convidei os 27 governadores de estados do meu país, para, numa reunião em Brasília, durante 2 dias, definirmos o projeto de política tributária que nós queremos para o Brasil.

E quero dizer para vocês que não vou precisar esperar o mês de junho. Muito antes de junho nós vamos mandar o projeto de política tributária para ser discutido no Congresso Nacional e eu não tenho dúvida em dizer, com o apoio dos 27 governadores de estados, para que a gente possa construir a maioria no Congresso Nacional, que nós precisamos para aprovar a reforma tributária. Da mesma forma, a reforma política e a da Previdência Social.

Eu não tinha barba branca, eu não tinha cabelo branco, quando eu ouvia dizer que era preciso fazer reforma na Previdência Social. E eu assumi o compromisso de mandar também essa reforma, ainda no primeiro semestre, e com a ajuda dos 27 governadores e dos prefeitos das capitais, porque também vamos convocar uma reunião dos prefeitos das capitais.

Nós vamos, antes de maio, mandar também a proposta de reforma na Previdência Social para o Congresso Nacional.

Sabe o meu companheiro Jaques Wagner, ministro do Trabalho, sabe o



companheiro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sabe todo o Governo e sabem todos os empresários que já conversaram comigo: nós continuamos com a mesma obsessão da campanha para gerar empregos. Nós só vamos gerar empregos se a indústria crescer, e a indústria só vai crescer se houver mercado consumidor aqui e mercado consumidor lá fora.

A indústria só vai crescer se o BNDES tiver a competência de distribuir o pouco dinheiro que tem para todos e não para meia dúzia de apadrinhados que conseguem pegar quase todo o dinheiro de financiamento. Principalmente, atender às micro, pequenas e médias empresas que não têm acesso a este dinheiro e, quando vão ao sistema financeiro particular e têm que pegar dinheiro para o seu capital de giro, assinam o empréstimo de um lado e a falência do outro, porque já sabem, de antemão, que não vão poder pagar os juros contraídos.

É por isso que eu quero dar os parabéns pela Feira e dizer que eu pretendo, não sei quantas vezes, vir ao Anhembi. Mas o fato de eu participar da feira é para dar uma pequena demonstração a vocês de que eu acredito que a indústria nacional, em qualquer ramo de atividade econômica, não deve nada a nenhuma indústria de lugar nenhum do mundo. O que nós precisamos é acreditar na nossa competência, na nossa capacidade, nos nossos trabalhadores, na nossa formação e, sobretudo, acreditar que o nosso país vai deixar de ser um gigante adormecido para ser um gigante acordado, competindo em igualdade de condições com os outros países do mundo.

É por isso que vamos negociar com muita seriedade na Alca. Queremos negociar, sim, mas não queremos imposição. Queremos negociar, sim, mas queremos que as nossas empresas sejam respeitadas, que a nossa agricultura seja respeitada. Queremos negociar, fortalecer o Mercosul, trazer novos países para o Mercosul. E o dia em que todos nós pararmos de acreditar que o que se produz lá fora é melhor do que se produz aqui dentro, e acreditar no que nós produzimos, nós deixaremos de ser um país emergente para sermos a grande potência que todos nós sonhamos no mundo.



E, para terminar, eu queria falar de uma coisa que não faz parte da Feira. Nós estamos próximos a um acontecimento sobre o qual nós não temos controle e muitas vezes não podemos fazer nada, que é a iminência de uma guerra. Eu quero dizer para vocês, empresários, que, embora estejamos a 8 mil quilômetros de distância dos Estados Unidos, embora estejamos a 14 mil quilômetros do Iraque, a verdade é que essa guerra já começa a trazer prejuízos para o Brasil e para outros países. Eu espero que cada um de nós tenha um gesto para fazer com que o mundo entenda que o povo, a humanidade, neste momento, está carecendo mais de educação, mais de saúde, mais de alimentação, muito mais de paz do que de uma guerra, que poderá trazer prejuízos e malefícios para a sociedade e, sobretudo, para a parte mais pobre do planeta Terra.

É por isso que o governo brasileiro não entende por que não há mais sacrifício dos governantes do mundo inteiro, para que a gente consiga encontrar uma solução em que se possa fiscalizar devidamente o Iraque, mas que a gente possa, também não, permitir que a guerra seja a única e a última saída. Afinal de contas, eu olho na cara de vocês e não vejo ninguém querendo guerra. Eu vejo todo mundo querendo paz. E eu acho que é isso que os governantes do mundo devem buscar a partir de hoje.

rsm/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na exposição
de produtos da fábrica Daimler Chrysler do Brasil**

São Paulo – SP, 10 de março de 2003

Meus companheiros, minhas companheiras,
Trabalhadores e trabalhadoras da Mercedes Benz,
Meu caro Oscaid, presidente da Mercedes Benz,
Demais diretores da empresa,

Meus queridos companheiros da Comissão de Fábrica, tão bem
representados aqui pelo Moisés,

Meu querido companheiro Luís Marinho, presidente do nosso glorioso
Sindicato,

Meu companheiro Vicentinho, companheiro da Mercedes Benz, que marcou
história junto com vocês,

Companheiro deputado federal Luizinho, Ivan Valente,

Companheiro Wagner,

Companheiro Donizete,

Companheiro Wanderley Siraque,

Meu companheiro José Zico,

Meus caros prefeitos,

Meu companheiro Paulo Okamoto, que agora é diretor financeiro do Sebrae,

Meu companheiro Jair Meneguelli, que agora é presidente do Sesi,

Meu companheiro José Genoíno, presidente do meu partido,

Meu querido José Albino, presidente do PT de São Bernardo,

Paulo Frateschi, presidente do PT de São Paulo,

Meu companheiro José Felipe, prefeito de Diadema,

Meu companheiro Dib, prefeito de São Bernardo,

Maria Inês, prefeita de Ribeirão Pires,



Jeová Mileno, prefeito de Santo André,
Companheiro Tortorello, prefeito de São Caetano,
Companheiro Oswaldo Dias, prefeito de Mauá,
Companheiro Ramon, prefeito de Rio Grande da Serra,
Minha querida companheira Marisa,

Quero agradecer aos vereadores presentes e sindicalistas. E quero apresentar os três ministros que estão junto comigo. Eu queria que vocês conhecessem o meu companheiro Jaques Wagner, sindicalista, ministro do Trabalho; o companheiro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; meu companheiro José Graziano, ministro Extraordinário de Combate à Fome.

Eu esqueci um nome que eu não posso esquecer, até porque o dia 8 foi o Dia Internacional da Mulher, que é a minha companheira Ana do Carmo, nossa querida deputada, que está aqui presente. Companheiro Rubinelli, também deputado federal por Mauá. Meus amigos e minhas amigas, Mário Reale...

Mas, olhem essa foto aqui – para quem é muito jovem, como eu estou vendo uma grande parte aqui –, precisa, um dia, ser colocada ao lado de outras tantas fotos que nós já tiramos aqui, em situação muito adversa. Este momento que nós estamos vivendo não foi implantado agora. Nós apenas estamos colhendo aquilo que, antes de nós, outros semearam; outros jogaram a água necessária para que a nossa planta crescesse e para que, hoje, pudéssemos estar aqui, colhendo os frutos daquilo que nós plantamos.

O que mais me alegrou, hoje, além do reencontro com vocês – e eu e o Marinho estamos discutindo para eu vir aqui desde 27 de outubro, final da eleição, mas não foi possível –, o que mais me alegrou, além de vocês, não foi o caminho que o projeto Fome Zero ganhou.

Eu saio daqui como homem politicamente realizado, como sindicalista realizado, depois que eu ouvi o Presidente da Mercedes Benz dizer para mim, para o



ministro do Trabalho, para o ministro do Desenvolvimento, para o nosso ministro Extraordinário de Combate à Fome, que os trabalhadores da Mercedes Benz estão equiparados aos melhores trabalhadores do mundo, porque aqui se produz com muita competência.

Aliás, eu não tenho dúvidas de que se nós tivéssemos investido há 30 ou 40 anos, na formação educacional do nosso povo, nós não apenas teríamos os trabalhadores equiparados aos melhores do mundo, mas nós seríamos também um dos países mais ricos do mundo, nós teríamos também uma renda per capita das maiores do mundo e não seríamos uma nação onde 43 milhões de pessoas passam privações alimentares.

Eu estou convencido de que se comete, no Brasil, o equívoco e o erro de se ficar discutindo que custa muito fazer a reforma agrária, que custa fazer investimentos em educação, investir em universidades e investir na profissionalização.

Agora, ninguém discute quanto custa não fazer um investimento que tem que ser feito na hora certa para formar a nossa juventude e para formar os nossos trabalhadores.

Eu estou convencido de que se nós não tivermos uma política agressiva para investimento na educação, para investimento na profissionalização e, sobretudo, para investimento na geração do primeiro emprego, nós poderemos estar perdendo para o crime organizado e para o narcotráfico, milhões de jovens, filhos nossos, que estão, neste momento, dentro de casa, sem ter a oportunidade de fazer uma universidade e de arrumar um emprego.

Vocês sabem que, durante a campanha, eu afirmei quantas vezes foi possível afirmar, que o emprego, para mim, seria uma obsessão. E vou fazer com que essa obsessão tome conta da minha cabeça durante os quatro anos de mandato, porque nós teremos que dar a oportunidade de trabalhar e de estudar para milhões de jovens que querem trabalhar e estudar e que têm oportunidade, neste momento histórico do nosso país.



Aos 57 anos de idade eu acho que um ser humano atinge a plenitude da maturidade da sua vida. Eu hoje não tenho pressa, até porque sei que a pressa não é sinônimo de perfeição. Eu não quero fazer nada de forma atabalhoada, não quero fazer nada de forma precipitada. Vejam que o Corinthians foi precipitado e o Palmeiras marcou dois gols. Quando ele trabalhou com juízo, ele recuperou. Vejam que a Portuguesa Santista foi atabalhoada, o São Paulo marcou 5, quando ela jogou corretamente, só foi 1 x 0. Então, eu sei dos problemas do nosso país, sei dos problemas do nosso povo, dos problemas da dona de casa, da nossa juventude, da segurança.

Quero que vocês deem todo dia com a consciência tranqüila de que este amigo, este companheiro, nunca deixará de ser companheiro de vocês. Porque no dia em que eu não puder comparecer na porta de uma fábrica para falar com a minha gente, realmente não valeu a pena ter sido eleito Presidente da República deste país.

Nós precisamos aprender a vir à porta de fábrica quando as coisas estão boas e quando as coisas estão ruins, nós precisamos aprender a ter os ouvidos maiores do que a boca para que a gente possa ouvir o povo, na sua ansiedade, dizer que a gente está errando e, quem sabe, dar uns conselhos certos para que a gente comece a acertar.

Vocês sabem que se o Brasil estivesse maravilhosamente bem, eu não teria ganho as eleições. Eu só ganhei as eleições porque o Brasil estava numa situação tão delicada, que o povo brasileiro resolveu fazer com que a esperança derrotasse o medo jogado na nossa cabeça durante tantas e tantas décadas. Nós, que estamos imbuídos de alguns desejos, vamos transforma-los em realidade. O companheiro Furlan, ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, sabe que nós precisamos ter uma grande política de desenvolvimento para o Brasil, fortalecer o mercado interno mas, também, fortalecer a nossa capacidade de exportação para que a gente consiga ter dólares suficientes para não ficar reféns do capital externo.

Sabe o companheiro Jaques Wagner, ministro do Trabalho, que nós



precisamos fazer a reforma na estrutura sindical e na própria legislação trabalhista, adequado-a à realidade que nós estamos vivendo. Sabemos, todos nós, que precisamos fazer a reforma tributária, não para cobrar mais ou menos imposto, não para o Estado ganhar mais ou menos, mas para se fazer justiça social neste país, porque somente quem paga imposto de verdade são aqueles que recebem contracheque no final do mês, o imposto é descontado na fonte, e não tem como sonegar imposto.

Tem muita gente que deixava de pagar os seus impostos porque não confiava no Governo. E essas pessoas precisam compreender que o dinheiro não arrecadado pode ser transformado numa criança a mais com fome neste país, em um analfabeto a mais no nosso país.

Nós sabemos que precisamos fazer a reforma na Previdência Social, não para prejudicar aqueles que trabalham efetivamente. Nós precisamos fazer uma reforma, não para causar prejuízo a ninguém, mas uma reforma previdenciária para que a gente possa, primeiro, torná-la universal, onde todos tenham direitos iguais, trabalhadores urbanos e funcionalismo público; para que a gente possa acabar com os privilégios de uma minoria neste país, porque no setor público, também, a grande maioria ganha um salário de fome, que precisa ser melhorado. E se Deus quiser, nós vamos criar as condições para melhorar esses salários.

Todo mundo sabe que nós vamos fazer a reforma agrária neste país. Acontece que nós não poderemos fazer uma reforma agrária apenas competindo com os governos anteriores, com quem colocou mais ou menos gente no campo. A reforma agrária não é uma questão matemática, da quantidade de pessoas que foram para o campo. A reforma agrária é uma coisa de mais qualidade, é saber se as pessoas que já estão no campo, hoje, têm condições de produzir, de ganhar dinheiro e de sobreviver condignamente. E é isso que nós queremos fazer neste país.

Há, praticamente, quatro mil assentamentos neste país, dos quais 80% estão passando privações. É nossa obrigação fazer com que essas pessoas, que já estão



na terra, tenham acesso ao financiamento, possam se organizar em cooperativas, possam se organizar em agroindústrias familiares e possam produzir para melhorar a qualidade de vida da sua família. E que possam melhorar a qualidade do alimento, possam melhorar a produção e possam melhorar o ganho de cada família deste país, porque nós estamos cansados de ver mais gente deixar o campo do que entrar no campo. Se nós analisarmos os últimos 15 anos, muito mais brasileiros deixaram o campo do que foram assentados.

Então, nós não queremos colocar gente numa porta para sair pela outra, nós queremos colocar, mas queremos que os que já estão lá possam trabalhar e viver condignamente.

E, por último, meus amigos e minhas amigas, esta vinda à Mercedes é simbólica, porque o último Presidente da República a visitar a Mercedes Benz foi Juscelino Kubitschek, em 1956. Portanto, há praticamente 47 anos um Presidente da República não vinha visitar essa indústria automobilística. E eu quero visitar não apenas a indústria automobilística, meu companheiro Joel, vice-prefeito de Diadema, mas também quero visitar pequenas e médias empresas brasileiras. Eu quero visitar grandes fazendas produtivas, mas quero visitar os assentamentos onde as pessoas estão dormindo embaixo do encerado preto, passando fome. Eu quero visitar as boas casas deste país, mas quero visitar as encostas dos morros, onde nossos irmãos estão morrendo, a cada garoa, a cada chuva que dá nas grandes cidades. Quero visitar as palafitas, quero visitar as coisas boas e as coisas ruins, porque eu quero provar que este país pode ser muito melhor para o seu povo do que foi até agora.

Eu quero concluir, dizendo para vocês uma coisa: eu terminei a minha campanha dizendo: eu vou começar fazendo o necessário, depois nós vamos fazer o possível e quando menos se esperar, a gente vai estar fazendo o impossível neste país. Podem ficar certos, nós vamos trabalhar com toda a tranqüilidade, com toda a maturidade possível. Não vamos aceitar nenhuma provocação, nenhum apressadinho que quer colocar o carro na frente dos bois: “por que o Governo ainda



não fez? Por que o Governo não fez?”

Ora, eu tenho cinco filhos, só com a minha “galega”, aqui, eu tenho quatro. E eu sei que, por mais que a gente ame os filhos, quando a Marisa engravidou eu fiquei doido: agora vou ser papai, e fiquei nove meses grudado na barriga dela: “ele está chutando, ele está se mexendo”. Eu tive que esperar nove meses para ele nascer. Depois que nasceu, eu tive que esperar quase 11 meses para ele andar. Depois, ainda tive que esperar 12 meses para ele aprender a falar papai ou mamãe. Então, por que eu vou fazer as coisas com pressa? Eu tenho que ter a paciência da natureza e trabalhar com a sabedoria coletiva do nosso povo, para que a gente possa cumprir cada coisa que prometeu para vocês, cada palavra que nós falamos nos nossos discursos. Nós vamos cumprir. Sabemos que é possível cumprir.

Vocês estão lembrados que diziam assim: “O Lula não vai conseguir trabalhar com o Congresso Nacional, vai ser muito difícil trabalhar com o Congresso Nacional, porque ele não tem maioria”. Nós fizemos o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado. “O Lula não vai conseguir porque os governadores são contra”. Eu fiz, há 20 dias, a mais importante reunião que um Presidente da República já fez com 27 governadores de estado, para discutir a reforma deste país. Porque, se na cabeça deles tem coisa impossível, é porque eles não têm uma coisa que eu tenho. Quem viveu a vida que eu vivi, na porta dessas fábricas, quem enfrentou a polícia, como nós enfrentamos aqui, quem viu milhares de trabalhadores serem mandados embora, quem já subiu aquele prédio lá, para defender a Diretoria da empresa porque a peãozada queria invadir o prédio, quem sobreviveu a tudo isso e está aqui, hoje, como Presidente da República, não tem por que não acreditar que nós vamos fazer deste país uma grande Nação, e que o seu povo possa viver com dignidade e com respeito.

Muito obrigado, meus companheiros, muito obrigado por tudo, muito obrigado à Direção da Mercedes pelo caminhão, muito obrigado pelo cheque de mil reais para o óleo diesel do caminhão e muito obrigado por tudo que vocês representam e que vocês simbolizam para este país.



Eu, quando vejo a cara de vocês, fico lembrando que a classe operária brasileira poderia ser assim. O que nós queremos? Trabalhar. O que nós queremos? Tomar café da manhã, almoçar e jantar. O que nós queremos? Colocar nossos filhos numa escola decente. O que nós queremos? Sonhar com os nossos filhos entrando numa universidade. O que nós queremos? Ter acesso ao lazer, ter acesso à cultura. É isso que nós queremos, coisas simples, que estão na Bíblia, que estão na Constituição, que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estão no Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, nós não estamos reivindicando nada além daquilo que nós mesmos já colocamos em todas as leis do mundo e, portanto, se nós colocamos nas leis, nós agora temos a obrigação moral, ética e política de cumprir aquilo que já está transformado em lei, para que o povo possa, efetivamente, acreditar e confiar no Parlamento, nas prefeituras, nos governos estaduais e no governo federal.

Eu sonho que um dia a gente não terá, pelo Brasil, trabalhadores como vocês da Mercedes junto com trabalhadores que estão desempregados há dois, três anos, vivendo de ajuda, vivendo de favores. Eu sonho que um dia Vicente, Marinho, a gente possa ter, no Brasil, a grande maioria dos trabalhadores com carteira profissional assinada, ganhando um salário que lhes permitam viver dignamente com a sua família e tendo um processo de educação e de saúde oferecido pelo Governo, que transforme os 175 milhões de brasileiros em cidadãos com “C” maiúsculo.

Muito obrigado, companheiros, e até outro dia, se Deus quiser!

rsm/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da nova unidade da empresa Polibrasil

Mauá – SP, 10 de março de 2003

O Alckmin está encurtando o meu discurso, a cada dia que passa. Porque, se o governador fala muito, o Presidente fala muito; se ele fala pouco, eu falo pouco.

Quero cumprimentar o David Feffer. Quero cumprimentar o Volker Trautz.

Quero cumprimentar todos os empreendedores que estão, hoje, inaugurando esse complexo industrial Polibrasil. Eu estou convencido de que o nosso país tem todas as condições de, num curto espaço de tempo, recuperar um pouco do tempo perdido e voltar a ocupar um espaço mais excepcional nesse mundo globalizado.

Acredito que todo mundo tenha clareza do que representa o setor petroquímico no mundo moderno. E mais clareza, ainda, do potencial que permite ao Brasil, nesse setor, ter uma atuação muito mais forte.

O nosso companheiro presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, a nossa ministra de Minas e Energia, a companheira Dilma Roussef, sabem e têm um nítido compromisso de fazer com que cada gesto nosso, cada atitude nossa possa significar uma contribuição para que o Brasil volte a crescer, volte a gerar empregos, riquezas, e possa dar ao seu povo a cidadania que toda a sociedade merece.

Esta região do ABC é uma região privilegiada. E eu queria aproveitar que estão aqui todos os prefeitos do ABC e a prefeita – porque está aqui a companheira Maria Inês – e dizer para vocês que, possivelmente, o ABC tenha marcado história quando vocês, há algum tempo, resolveram criar um fórum para debater o desenvolvimento da região.

No Brasil o que falta, hoje, são exatamente fóruns, para que as pessoas possam promover discussões sobre o desenvolvimento estratégico, sobre desenvolvimento a longo prazo, planejamento e, sobretudo, sobre o desenvolvimento regional.



O Brasil há muito tempo deixou de ser planejado e deixou de ser pensado de forma estratégica. Nós, agora, estamos constituindo um grupo de trabalho que, sob a coordenação do meu vice, José Alencar, vai utilizar técnicos das universidades brasileiras, setores ligados aos empresários brasileiros, e instituições como o IBGE e o IPEA, para que montemos um núcleo de debate estratégico sobre o desenvolvimento do Brasil. O que o Brasil precisa, neste momento, para que a sua economia volte a crescer? O que o Brasil precisa, neste momento, para ganhar competitividade, num mundo globalizado?

E é exatamente nesses setores, além do investimento no fortalecimento do mercado interno, incentivando as indústrias de bens de consumo popular, que nós vamos desenvolver a economia brasileira.

É preciso que a gente marque, com muita clareza, quais são os setores em que o Brasil pode, definitivamente, disputar espaço no mundo globalizado. Sem continuar com a mania que habitualmente nós, brasileiros, temos de achar que somos coitadinhos, de achar que somos do Terceiro Mundo, de achar que somos os pobres da América Latina, da América do Sul, que somos pobres porque os americanos são ricos, que somos pobres porque a Europa é rica e que somos pobres porque o imperialismo faz com que sejamos pobres.

É preciso parar de olhar os defeitos dos outros e começar a olhar as nossas virtudes.

Nós não somos um país emergente há muitos anos, não por culpa de qualquer outro país do mundo. Nós não somos um país emergente há muitos anos porque, há 40 anos poderíamos ter feito no Brasil as reformas de que o Brasil hoje precisa. Nós poderíamos ter alfabetizado este país. Nós poderíamos ter feito reforma agrária neste país. Nós poderíamos ter cuidado da saúde, com carinho, neste país. Nós poderíamos ter investido em setores que precisam do Estado para se desenvolver e não o fizemos na medida certa. E, hoje, estamos pagando o preço de não termos feito as coisas certas na hora certa.

Portanto, a responsabilidade, agora, não é do Presidente da República, não é



do governador de estado, não é dos prefeitos das cidades. A culpa é, na verdade, de todos nós, brasileiros. É preciso que a gente pare de culpar o nosso vizinho e comece a pensar o que nós não fizemos no tempo certo, o que não fizemos na hora certa. E nós queremos dar o primeiro passo.

É por isso que vamos mandar ainda, de comum acordo com os governadores de estado, a reforma tributária que os empresários e a sociedade brasileira tanto reivindicam para ser votada no Congresso Nacional. É por isso que vamos fazer a reforma na Previdência Social. É por isso que vamos fazer a reforma na legislação trabalhista, porque entendemos que precisamos de uma adequação ao um mundo real em que vivemos hoje. E, a partir dessas reformas, que pretendemos fazer este ano, acho que o Brasil estará pronto, mais do que pronto, para competir com qualquer país do mundo sobre os principais produtos de exportação.

Fico feliz, meu caro Trautz, muito feliz. Hoje é a segunda vez que vejo um estrangeiro falar bem dos brasileiros. Normalmente, a gente ouve empresários brasileiros dizerem que o trabalhador brasileiro precisa copiar o trabalhador alemão, precisa copiar o trabalhador japonês. Houve no Brasil até quem, um dia, falou que a gente, se quisesse dar certo na agricultura, deveria importar japonês. Hoje, tive a grata alegria de ver um empresário alemão do setor petroquímico e como vi, de manhã, um empresário alemão do setor automobilístico, parabenizarem os trabalhadores brasileiros pela sua competência e pela sua capacidade de produção, não devendo nada a trabalhador de nenhum país do mundo.

Isso significa o quê? Isso significa que, com um pouco de informação, a gente pode se transformar não apenas em campeões de futebol ou de carnaval. Nós podemos nos transformar em campeões de produção, em campeões de produtividade e de qualidade. E acho que é isso que a Polibrasil pode ajudar a dar de exemplo ao Brasil e ao mundo.

Vocês estão lembrados que eu disse, no dia da posse, que não havia espaço na minha cabeça para pessimismo. Vocês, até hoje, não me ouviram falar uma única palavra criticando o governo anterior. Vocês, até hoje, não me ouviram dizer uma



única palavra que significasse dificuldade para o futuro. Não. Primeiro, porque, se no Brasil as coisas estivessem boas, eu não teria ganho as eleições. Segundo, eu ganhei as eleições exatamente porque acredito que o Brasil precisa de mudanças substanciais. Mudança na relação Estado e sociedade, mudança na relação governo e empresários.

Tenho recebido no gabinete, em Brasília, dezenas de grupos empresariais, dos mais diferentes setores da economia brasileira. O que ouço deles, todo santo dia é que, nunca, nenhum Presidente da República, nenhum, conversou com as categorias econômicas organizadas. E, como acredito que o diálogo é a única forma capaz de fazer com que a gente encontre os pontos comuns entre empresários e trabalhadores, entre sociedade e Estado, para que a gente promova mudanças, vamos nos cansar de fazer esse diálogo, para ver se a gente consegue fazer o Brasil dar um salto de qualidade e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Fui à Mercedes Benz, hoje. Lá, descobrimos que o primeiro Presidente da República que foi à Mercedes Benz foi Juscelino Kubitschek, em 1956. Depois, descobrimos que o primeiro Presidente da República a visitar a refinaria foi Café Filho, em mil novecentos e cinqüenta e poucos também. Muitas vezes, as nossas autoridades preferem visitar outros países do que conhecer a nossa realidade. E acho que a solução dos problemas brasileiros está dentro do Brasil. E vamos fazer isso.

O Alckmin disse bem: hoje, tivemos um dia que pode transformar um governante num homem que volta para casa feliz. Primeiro, porque fomos à Feira do Plástico. Depois, porque fomos à Mercedes Benz. Ele não foi, mas eu fui. Depois, porque fomos a uma refinaria. E, agora, porque estamos aqui, na Polibrasil.

Acho que o dia de hoje fortaleceu na minha cabeça a seguinte idéia: o Brasil tem crianças de rua, o Brasil tem gente passando fome, o Brasil tem prostituição infantil, o Brasil tem trabalho escravo. Isso a gente não pode esquecer nunca e tem que denunciar todo dia e tentar mudar todo dia. Agora, o Brasil não é só isso. O Brasil também é uma empresa como esta Polibrasil, que demonstra que, a partir da



inauguração de uma planta moderna como esta, qualquer brasileiro poderá, no exterior, se orgulhar de dizer que o Brasil não tem a preocupação de competir com qualquer outro país, em qualquer setor da atividade econômica.

É por isso, meu caro David, que na questão da ALCA nós estamos agindo com cuidado. E qual é o cuidado? Vamos nos sentar à mesa de negociação, vamos discutir, item por item, as coisas que precisam ser discutidas. Agora, a única coisa da qual não abrimos mão é de sermos respeitados e não vamos permitir que as nossas empresas sucumbam a tecnologias de outras empresas mais avançadas que as nossas. Se quisermos competir, fazer livre comércio, nós precisamos ter o mesmo tratamento. Nós precisamos ser respeitados, e as nossas indústrias e a nossa agricultura precisam sobreviver.

Se os Estados Unidos estão pretendendo mandar para a Organização Mundial do Comércio aquilo em que eles têm mais interesse, eu não tenho dúvida de que o Furlan e o Roberto Rodrigues, que são especialistas em negociações de comércio exterior, saberão também mandar aquilo que nos interessa para a Organização Mundial do Comércio, porque queremos fazer uma política de duas mãos. Queremos fazer uma política de justiça social. Queremos fazer uma política em que a nossa indústria e a nossa agricultura possam sobreviver de forma competitiva.

Daí porque nós vamos fortalecer o Mercosul. Daí porque nós queremos trazer outros países para participarem do Mercosul. Daí porque estamos apressando os nossos acordos com a União Européia. Daí porque queremos reforçar as nossas relações com a China. Daí porque queremos reforçar as nossas relações com a Índia. Daí porque queremos reforçar as nossas relações com o Japão. Daí porque eu estou pedindo ao ministro das Relações Exteriores e ao ministro Furlan que, no mês de setembro ou outubro, a gente faça uma semana de Brasil no Oriente Médio, para que a gente possa vender os produtos que o Brasil pode vender. E não vamos ficar esperando que algum país grande tenha compaixão e dê um espaço para o Brasil. Nós já somos adultos, já temos 500 anos, já temos competitividade. Nós



vamos buscar, de forma incansável, durante 24 horas por dia, o nosso espaço no mundo.

É por isso que o Furlan foi escolhido para ser ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. Eu não queria um aprendiz nessa área, eu queria alguém que já tivesse passado pela iniciativa privada e, comprovadamente, tivesse tido sucesso.

É com essa imagem e com esse tipo de trabalho que vamos ocupar o nosso espaço no mundo. Não espero compaixão de nenhum país, não espero benevolência de nenhum país. O que eu quero é que nós, trabalhadores, empresários e governantes aprendamos a andar de cabeça erguida e a entender que o nosso espaço e a nossa parte, no mundo, serão conquistas nossas e não concessão de nenhum competidor com os produtos brasileiros.

Foi assim que a Embraer ganhou da Bombardier. É assim que a gente vai ganhar em celulose, é assim que a gente vai ganhar em carne, é assim que a gente vai ganhar em frango, é assim que a gente vai ganhar em soja, é assim que a gente vai ganhar em automóveis. É assim que nós vamos ocupar um espaço que o Brasil jamais deveria ter deixado de ocupar, como Nação emergente, como Nação competente, como uma grande Nação, capaz de fazer o que a China está fazendo. Napoleão Bonaparte disse: “A China é um gigante adormecido, e no dia em que acordar o mundo vai tremer”. E a China acordou, e o mundo está, pelo menos, preocupado com o potencial de crescimento da China. Antes de Napoleão Bonaparte ter visitado a China, o hino brasileiro já falava que nós somos um gigante.

Portanto, o que nós precisamos, meu caro David, meu caro governador, é acordar e dizer a nós mesmos: “Quem tem que defender, quem tem que vender e quem tem que acreditar no Brasil somos nós, brasileiros.”

Muito obrigado. Toda a sorte do mundo à Polibrasil. E, naquilo que o governo federal puder contribuir para o desenvolvimento da indústria brasileira, podem ficar certos: o BNDES não vai faltar com os empreendimentos de que o Brasil necessita para voltar a crescer.



Obrigado.

/mcpro/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos – VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Hotel Blue Tree – Brasília – DF, 11 de março de 2003

Meu caro e querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República, Senhores Ministros,

Primeiro, uma constatação: a gente está há poucos dias da comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e não há uma mulher nesta Mesa. Uma crítica construtiva ao cerimonial e aos responsáveis por este encontro, não só porque elas são maioria, mas porque estão presentes aqui e seria importante que a Mesa fosse permeada por um bom número de mulheres.

Meu caro Paulo Roberto Ziulkoski,

Meu caro Luís Paulo Vellozo Lucas, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos,

Meus companheiros e companheiras prefeitas e prefeitos do meu país,

Eu estava ouvindo o Paulo falar e me lembrando dos meus tempos de dirigente sindical. Ou seja, a gente fala com a emoção e com a força de quem está representando um segmento da sociedade brasileira, um segmento da nossa Federação tão importante e, muitas vezes, tão destrutado e desrespeitado.

Eu, se não falasse uma única palavra – estou vendo aqui o Juracy, parece o mais velho dos prefeitos que estão aqui; Fernando, de cabelo branco, nosso prefeito de Fortaleza – eu já sairia daqui satisfeito, porque é lamentável, mas é a primeira vez que um presidente da República e o seu Governo se dispõem a participar de uma reunião frente a frente com os prefeitos. E olhem que o meu antecessor, possivelmente, tivesse mais amigos na prefeitura do que eu.

Eu passei um período da minha vida entendendo que parte dos problemas do nosso país acontece nas cidades. Nas cidades tudo acontece porque é lá que a



pessoa estuda, é lá que a pessoa mora, é lá que a pessoa trabalha, é lá que a pessoa tem o médico, é muito mais fácil encontrar um vereador no boteco da esquina, tomando “uma” e dando “outra” para o santo; é lá que você consegue encontrar o secretário da prefeitura, é lá que você consegue encontrar o assessor do prefeito ou o próprio prefeito. E ficaria tudo mais fácil se as coisas acontecessem com maior evidência e incidência nos municípios.

Foi assim que nós pensamos a Constituição de 1988. E é por isso que, em 1989, os municípios brasileiros viveram quase que o momento de ouro, porque naquele tempo nós tínhamos pensado em maiores recursos para os municípios e para a União, e mais para os estados e menos para a União.

Mas depois da Constituição os governantes do Brasil não pensavam assim, porque tem muita gente que prefere que os prefeitos venham à capital da República de chapéu na mão, implorar a um ministro um favor ou, quem sabe, a liberação de uma verba à qual o município até teria por direito.

E se o prefeito é o prefeito de uma capital, ainda tem mais facilidade de ser recebido, nem sempre, mas ainda tem. Se o prefeito é de uma cidade média, onde grande parte dos políticos têm voto, ele até pode ser recebido mas, a maioria dos prefeitos do nosso país, de cidades com 40 mil, 50 mil, 60 mil habitantes, às vezes gasta mais com passagem vindo a Brasília do que o que recebe do governo federal para atendimento das suas reivindicações. E se é um prefeito que tem boas relações políticas, ele ainda consegue um bom deputado para levá-lo a um ministro, porque senão o prefeito voltará para sua cidade tendo sido atendido por um funcionário de terceiro escalão do Ministério, sem nenhuma resposta e, muitas vezes, ao chegar à sua cidade, para não dizer que não teve prestígio na capital da República, ele nem conta como foi tratado, ele às vezes fala: “Fui recebido por todo mundo, até o Presidente queria falar comigo, eu não quis”, quando na verdade, eu sou testemunha ocular do que os prefeitos passam por este País afora quando querem alguma coisa.

Eu não quero que depois do brilhante discurso do companheiro Paulo vocês



comecem a pensar que eu vou ler um outro discurso atendendo a todas as reivindicações que ele fez. O que eu quero é que vocês compreendam, porque são políticos e porque também tiveram o primeiro ano de mandato e sabem como é que se encontra a máquina pública deste país, onde humanamente impossível a gente fazer as coisas com a pressa que a gente gostaria que elas acontecessem.

O que vocês precisam é sair daqui com a certeza e a convicção de que mudou, definitivamente, a relação do governo federal com os municípios brasileiros.

Foi para isso que nós criamos o ministério das Cidades, e sabe o companheiro Olívio Dutra, como prefeito que foi de Porto Alegre, que não é possível a gente deixar que um prefeito venha a Brasília sem ser atendido, sem conversar, sem fazer ouvir as suas reclamações. Muitas vezes, nas reclamações de algumas pessoas é que a gente consegue detectar que existem outras soluções além daquelas que os nossos olhos conseguem enxergar.

Lamentavelmente, no Brasil, a classe política – e isso vale para mim, vale para os governadores, vale para os prefeitos, vale para os vereadores – tem a boca maior do que os ouvidos; nós gostamos de falar mais do que ouvir e, muitas vezes, por não ouvirmos, não temos os acertos que nós deveríamos ter.

É sempre desagradável receber alguém reivindicando alguma coisa e vocês sabem que é. O Marcelo Deda, quando era deputado, havia uma diferença, porque não tinha a responsabilidade de pegar as pessoas do bairro mais pobre de Aracajú, que não querem saber se ele não tem dinheiro, que não querem saber se ele já estourou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não querem saber se tem outro setor precisando, porque o deles é o mais importante. Quantas vezes vocês tiveram que dizer “não”, quantas vezes vocês tiveram que dizer “não posso”? Quantas vezes vocês tiveram que dizer “fica para depois”? E essas coisas vêm se acumulando e garantindo que, entra governo e sai governo, e as coisas não mudem. É preciso que a gente tenha disposição de mudar, criar um novo padrão de responsabilidade e de relacionamento. E eu continuo com a mesma convicção: os municípios brasileiros precisam ter uma participação maior na fatia do dinheiro recolhido, porque é lá que



acontecem os problemas do país.

Agora, precisamos construir. Isso é mais ou menos como a gente trata a família da gente. Quando cada um de vocês chega em casa, com o salário de vocês, e a família quer uma coisa a mais, uma coisa a menos, vocês são obrigados a dizer: “Olhe, meu amor, olhem meus queridos filhos, eu sei que vocês têm razão, mas nós vamos ter que construir o meu posto para poder atender a essa demanda”.

Vocês sabem que a situação do nosso país não é das melhores. Eu passei parte da minha vida dizendo para os prefeitos: quando vocês tomarem posse, a primeira coisa que vocês têm que fazer é uma auditoria, para que vocês não venham arcar com uma responsabilidade sobre a irresponsabilidade do prefeito que vocês estão sucedendo. No governo federal nós não podemos fazer isso. E eu não vou fazer. Eu não vou ficar jogando a culpa no meu antecessor. Eu vou tentar fazer aquilo que eu me propus a fazer. O dinheiro é pouco, e vocês viram que nós tivemos que fazer um corte no Orçamento de quase 14 bilhões. E não fizemos corte porque gostamos de fazer corte, fizemos porque era necessário fazer. E sabemos que isso implica o sonho do novo modelo de desenvolvimento que nós queremos para o país. Sabemos o que isso significa no sonho de uma nova política de distribuição de renda neste país. Sabemos as implicações das limitações financeiras do nosso país. Mas eu acredito que podemos reverter isso em médio espaço de tempo. Vamos fazer. E vamos fazer porque eu tenho dito aos meus Ministros: a gente não tem que ficar chorando o dinheiro que não tem, nós precisamos definir corretamente o que fazer com o pouco que temos. E se o pouco que a gente tem for bem pensado e bem elaborado, certamente a gente pode fazer muito mais.

Eu tenho consciência de que sou Presidente de um país em desenvolvimento, tenho consciência de que sou Presidente de um país onde o PIB não cresce há muito tempo, tenho consciência de que sou Presidente de um país com a economia estagnada e todo mundo sabe que a minha obsessão é fazer a economia deste país voltar a crescer. Para isso é preciso quebrar a vulnerabilidade econômica a que estamos submetidos. E ela não é quebrada com uma varinha de condão, é com



muita paciência, com muita maturidade, com muito jeito. E vamos fazer. É só esperar para ver que nós vamos fazer, para provar que este país não pode continuar sendo tratado como se fosse um paisinho qualquer.

O Brasil não é mais respeitado no mundo porque eu acho que, muitas vezes, os nossos governantes não se respeitaram. O Brasil não pode e não deve participar dessa loucura de mundo globalizado de cabeça baixa, sem definir o seu projeto de desenvolvimento, sem definir a sua política industrial, sem definir, sobretudo, a sua relação com o chamado “mundo desenvolvido”. E essas mudanças é que podem trazer os benefícios que muitos de vocês, que já são prefeitos pela terceira vez, sonham há muito tempo. E isso não aconteceu. Mas podem ficar certos de que essa relação vai mudar e vai acontecer.

E por que vai acontecer? Porque quando eu deixar de ser Presidente da República, eu não vou morar na lua, eu vou voltar para São Bernardo do Campo, onde é minha terra, e vou conviver com a minha gente, que depositou a esperança de que a gente ia mudar a História deste país. Vou conviver com o prefeito, com os secretários, com os vereadores. Eu não posso esquecer para quê fui eleito.

Vocês sabem que eu sempre reclamava, porque eu não entendia por que a política tributária neste país não era feita, por que não era votada. Todo mundo quer. Não há um único ser vivo neste país que não fale em política tributária. Entretanto, ela nunca saiu. Por quê? Porque eu acho que nunca houve determinação política para fazê-la. Eu fiz um teste, há vinte dias. Convoquei os 27 governadores de Estado, aqui. E fizemos, segundo todos os governadores, a mais importante reunião já feita entre um presidente da República e os governadores de Estado, porque passamos dois dias discutindo as nossas convergências e as nossas divergências. E, finalmente, saímos com um documento que mostra que nós temos unidade para fazer a reforma tributária e a reforma previdenciária.

Mas não bastou conversar com os governadores. É preciso criar um mecanismo para ouvir os prefeitos, é preciso criar mecanismos para ouvir a sociedade brasileira e, para isso, nós criamos um Conselho Consultivo, que não vai



substituir os prefeitos nem os governadores, muito menos a Câmara dos Deputados ou o Senado, mas que representa um outro segmento da sociedade que não tem mandato, mas tem peso na política nacional.

E vamos querer ouvir tantos quantos forem necessários ouvir. No último debate, eu disse – “Nós vamos começar fazendo o necessário, depois nós vamos fazer o possível e, quando vocês menos esperarem, nós vamos estar fazendo o impossível” e podem ficar certos de que este ano nós votaremos a política tributária e votaremos a reforma na Previdência Social do nosso país, para as pessoas voltarem a acreditar de que este país tem jeito.

E vocês, prefeitos, sabem que somente com uma reforma profunda é que a gente vai poder reestruturar a distribuição de verbas neste país.

Quero dizer aos meus companheiros que a presença dos prefeitos aqui, sendo recebidos por todo o Governo e não só pelo Presidente da República, é a demonstração mais viva de que nós queremos mudar a História deste país. É que nenhum ministro tem autorização para indagar a que partido um prefeito é filiado para ser atendido, não queremos saber a sigla partidária de nenhum prefeito. O que nós queremos é dizer que todos vocês, independentemente da idade, da religião a que pertençam, do time de futebol para o qual torçam ou do partido a que são filiados, têm direitos e têm deveres. O governo federal tem direitos e deveres e o primeiro dever nosso é tratar um ente federado com o respeito que ele merece e dar a ele a atenção necessária quando vier aqui ou quando precisar conversar com alguma autoridade do governo federal.

Nós temos algumas coisas que só vão acontecer se os municípios quiserem que aconteçam. Nós definimos o combate à fome como o programa mais importante para o nosso país, porque, segundo o Ipea – que não é nenhum órgão de oposição, é um órgão do governo federal, que não foi criado no meu Governo, mas em Governo anterior – nós temos mais de 43 milhões de pessoas passando fome neste país.

E se os prefeitos não se engajarem na campanha de combate à fome e



deixarem apenas por conta do governo federal, será muito mais difícil. Daí porque é necessário que em cada Prefeitura seja criado o Consea – o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que envolva o prefeito, o padre, o pastor, o sindicato, a Associação Comercial, e todos os segmentos vivos da sociedade, para que a gente possa ter uma referência.

Quantas pessoas estão passando fome numa cidade? Se eu perguntar hoje, eu sei que é muito difícil um prefeito responder, porque a gente não tem estatística, a estatística é geral demais. Mas aqui, quantas pessoas estão passando fome em Garanhuns? Quantas? Quantas pessoas, na hora do almoço, não têm o que comer? Se nós fizermos um jogo combinado e o governo federal tiver a solução, o prefeito de Garanhuns pode ficar certo de que vai ficar muito mais fácil a gente levar comida ou dinheiro até essas pessoas.

Lamentavelmente, nós não temos essas pesquisas, a maioria dos prefeitos brasileiros ainda não assumiu a responsabilidade de fazer essas pesquisas, esse mapeamento. É possível, e somente o prefeito pode fazer isso, não por amostragem, mas com dado real. Aí, quem sabe, nós pudéssemos começar a minimizar o sofrimento de pessoas, que muitas vezes não têm nem o direito de chegar perto de um prefeito.

Quando é uma cidadezinha muito pequenininha, onde o prefeito não tem dinheiro nem para pagar salário, não tem segurança, como eu conheço tantas, as pessoas, às 5 horas da manhã, já estão na casa do prefeito, pedindo dinheiro para arrancar um dente, para comprar remédio, pedindo passagem de ônibus não sei para onde, pedindo outra passagem não sei para quê.

O prefeito, na verdade, não é prefeito, ele é assistente social, porque o pouco recurso que tem ele não pode deixar de abdicar. Numa prefeitura de capital já há mais estrutura, as pessoas não têm como chegar à casa do prefeito, de tão grande que é a cidade. Agora, no interior, numa cidadezinha pequena, o galo cantou, o peão chiou ali, na porta do prefeito. Não tem por onde sair. O prefeito não tem escapatória. Os vereadores mandam, os assessores dos vereadores mandam, e o



prefeito passa a ser um grande assistente social. E, se não for assim, as pessoas morrem por falta de assistência. Essas coisas precisam mudar. E só vamos conseguir mudar se houver uma parceria responsável entre os prefeitos, os governos estaduais e o governo federal.

Eu acho que tem um tempo em que a gente briga, tem um tempo em que cada um pertence a um partido político. Isso é que nem uma partida de futebol. Vocês já assistiram a uma partida de futebol com um adversário de vocês no sofá? Quantas vezes dá vontade de brigar com o nosso companheiro que está do lado? Terminada a partida, o que você faz? Governar é a mesma coisa. Terminou a eleição, o governo federal não tem que se preocupar se o prefeito é desse ou daquele partido político; o governador não tem que se preocupar se o prefeito é desse ou daquele partido político. Os prefeitos não devem se importar se o Presidente é desse ou daquele partido político, se o governador é desse ou daquele partido político. Nós temos a responsabilidade de, em quatro anos, governar e cumprir cada palavra que nós assumimos nos palanques com o povo, na época das eleições. É essa a responsabilidade que está depositada nas nossas costas. E eu sei que essa relação nunca foi a mais honesta possível.

Eu sei o quanto é bom o poder do dinheiro, o quanto é bom alguém que tem influência esperar que um prefeito humilde chegue lá com o chapeuzinho na mão: “doutor, secretário, eu estou precisando de 3 mil réis.” E o doutor lhe dá os 3 mil réis a troco de um favor que, no fundo, no fundo, é a sua liberdade. Nós temos que acabar com isso para mudarmos as outras coisas que precisam ser mudadas no Brasil, porque o meu mandato termina, o mandato de vocês termina, mas o Brasil continua. Outros prefeitos e prefeitas virão. E o povo vai continuar esperando que nós façamos alguma coisa.

As enchentes de São Paulo ou as enchentes de Belo Horizonte não são apenas de responsabilidade do prefeito. É preciso que a gente assuma essa responsabilidade conjuntamente. O crescimento das favelas, vamos ser francos, muitas vezes as pessoas moram na beira de encosta, na beira de morro, na beira de



córrego. Não é porque gostam, não, é porque, muitas vezes, aqueles moradores pertencem a uma determinada candidatura e, portanto, no momento da eleição vale tudo. Jogam o povo na beira do mangue, jogam o povo na beira de um córrego, não tem problema. A gente só vai se dar conta da irresponsabilidade quando acontece um desastre, como aconteceu em Belo Horizonte.

É preciso que a gente tenha, efetivamente, mais responsabilidade. Eu estou dizendo ao ministro Olívio Dutra: nós precisamos começar a fazer casa. Nós não podemos construir as 6 milhões de casas que nós precisamos. Nós precisamos, então, escolher quem precisa de casa e definir as prioridades. Nós precisamos acabar com os moradores de palafitas neste país e dar a eles um mínimo de decência. Quem mora numa grande cidade ou numa cidade média, fora do mangue, simplesmente não conhece o que é uma palafita. Mas eu já vi mulher com uma estaca de pau grudada na costela, que perfurou o seu útero e matou o seu filho. É o tipo de moradia mais degradante que pode existir.

Não tem nada mais degradante do que a gente assistir na televisão uma pessoa, não trabalhando no lixo, mas comendo do lixo, disputando espaço com os urubus, como nós temos visto sistematicamente. Não é apenas o Presidente da República que pode cuidar disso. É o Presidente da República, é o governador do Estado, é o prefeito, é o padre, é o pastor, é o dirigente sindical, é cada um de nós, brasileiros, que ainda tem vergonha e que ainda tem o direito de se indignar com o infortúnio dos milhões e milhões de pobres deste país.

É por isso que eu quero dizer a vocês, prefeitos e prefeitas do meu país, nós queremos transformar, meu caro Luiz Paulo, essa União numa Federação e vamos transformar. Possivelmente, meu querido, você seja chamado por este Governo a dar palpites, mais vezes do que você foi chamado nos últimos 8 anos.

Pode ficar certo, porque todos os brasileiros ou brasileiras que tiverem alguma proposta terão porta aberta para dizer como e por que nós temos que fazer as coisas. Eu vou dar dois dados para vocês. Primeiro, nós vamos, meu caro Paulo, começar a retomar muitas das obras paradas.



O que é duro, é quando você toma posse e encontra um Orçamento menor do que a despesa e ainda encontra alguns bilhões de restos a pagar, sem que você tenha condições de pagar. Mas nós vamos retomar as obras. Só através do Ministério das Cidades são 1674 obras que vamos ter que retomar, até porque muitas delas já estão contratadas, foram paralisadas e a gente não pode permitir que isso aconteça. Nós vamos fazer um esforço para que essas obras sejam retomadas.

Mas eu vou dar um dado para vocês sentirem as dificuldades. A Caixa Econômica Federal tinha contratado, no ano passado, para saneamento e infraestrutura, 262 milhões de reais – era o recurso que ela tinha para saneamento e infraestrutura – e ela gastou somente 19 milhões. Ou seja, nem os 262 foram gastos porque, lamentavelmente, adotou-se no Brasil, em determinado tempo, tentar evitar gastar qualquer coisa apenas para fazer superávit primário. Eu acho que é preciso fazer o superávit primário por uma questão de responsabilidade, mas o superávit primário não pode ser a única razão da administração pública para prefeitos, governadores e Presidente da República.

Por isso é que nós vamos destinar, pelo menos o é que diz o meu Presidente da Caixa Econômica Federal, 1 bilhão e 400 milhões para gastar com saneamento básico, com água encanada. É o dinheiro que temos este ano. E nós pretendemos, no final do ano, saber se a gente gastou aquilo que tinha para gastar, porque uma coisa é um prefeito gastar mais do que tem, outra coisa é você ter um pouco e não gastar aquilo que tem. Não é possível que você fique com dinheiro em caixa, mesmo que seja 1 real, com tanta necessidade que há neste país.

Por isso, eu queria dizer ao meu amigo Paulo que é importante que a gente comece a medir. É a sexta caravana que vocês fazem a Brasília. Vamos começar a medir, a partir dessa. Quando vocês fizerem a outra, vamos começar a medir o que evoluiu. Assim, a gente vai poder constatar, no final de quatro anos, o que evoluiu na relação entre Federação e municípios, o que evoluiu entre o governo federal e os governos municipais. Aí a gente vai poder, tranqüilamente, fazer um balanço. E por



que eu estou pedindo isso, meus amigos e minhas amigas? É que muitas vezes o Governo trata o país como se fosse dele. Muitas vezes as pessoas governam e fazem os projetos como se fossem elas a própria Nação. E nós somos passageiros, aqui.

Tanta gente foi eleita com arrogância e nem terminou o mandato. Tem tanta gente que é eleita e não consegue fazer 1% daquilo que prometeu. Tem gente que é eleita com uma fama de honesto e, três meses depois, já está sendo chamado de corrupto pelo povo, na rua.

Então, vamos medir, a partir de hoje, Paulo. Esse é um compromisso nosso, além de outras coisas que vocês vão ouvir, nas palestras dos ministros, que vão mostrar para vocês algumas coisas que já vão ser feitas na área da saúde, da educação, na área do ministério das Cidades, vão ouvir o ministro Antônio Palocci, vão ouvir o ministro Ricardo Berzoini sobre as reformas, o ministro José Graziano sobre o programa de combate à fome. Vocês vão ouvir muita coisa, e muita coisa boa vai acontecer.

Mas, o que eu quero, Paulo, é que a gente meça e tenha este ano como padrão. Não vamos esquecer o que já aconteceu. Mas, vamos deixar só no arquivo morto e vamos pegar a partir de hoje, dia 11 de março de 2003, a primeira reunião em que um presidente da República e a totalidade do seu Governo recebe os prefeitos deste país. E vamos chegar ao ano que vem e ver, concretamente, o que mudou e o que não mudou.

E a primeira mudança, além desta própria reunião, Paulo, é que vocês estão, há muito tempo, reivindicando um terreno, aqui em Brasília, para fazer a sede de vocês, e o meu Secretário de Patrimônio da União acaba de me informar que vocês já são detentores de um terreno, aqui em Brasília, para construir a sede. Eu acho importante, Paulo, depois da reunião, você pegar o Pedro Celso, que é o Secretário de Patrimônio e ir com ele lá, porque, neste país, tem gente que vende terreno dentro da praia... Então, é importante você ir ver o terreno. O Pedro Celso está ali, depois ele pode juntar a Direção, tanto da Frente Nacional de Prefeitos quanto da



Federação, e levar lá.

E, por último, meus companheiros, eu quero terminar dizendo por que essa minha eloqüência em defesa das prefeituras. Estou até parecendo prefeito, mas é porque eu acredito nessas coisas. Um dia, um companheiro meu fez uma música que alguns de vocês já ouviram, que tinha um refrão que dizia assim: “Uma cidade parece pequena, se comparada a um país. Mas é na minha, na sua cidade, que se começa a ser feliz.”

Meus parabéns e obrigado.

/rsm/cms/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

Palácio do Planalto, 11 de março de 2003

Bem, eu quero dizer a vocês que esse gesto simbólico pode se transformar numa das atitudes mais importantes de um Governo.

Passei grande parte da minha vida dizendo que o sonho que eu tinha de ganhar uma eleição era para ver se eu conseguia atender a todas as minhas reivindicações. E acho que, ao longo de 30 anos, fiz todas as reivindicações que um ser humano pode fazer, seja junto ao movimento sindical, seja junto ao movimento popular, seja como co-participante de outros manifestos da sociedade brasileira. E, agora, temos a oportunidade de concretizar as coisas que nós reivindicávamos. Agora, não temos mais como jogar a culpa em cima de ninguém. Nós, agora, Bené [ministra Benedita da Silva], somos Governo. Nós, agora, não podemos olhar para o lado e dizer que não fazemos as coisas porque tem alguém atrapalhando.

Estou convencido de que a Ruth Vilela – permita-me chamá-la assim, Doutora Ruth Vilela – é a prova mais viva de que tamanho não é documento, porque eu fico imaginando uma mulher do tamanho da Ruth entrando numa fazenda, se defrontando com um jagunço e intimando o jagunço a lhe mostrar a fazenda. É preciso, que ela tenha pelo menos o triplo da grandeza física que nós conseguimos enxergar para fazer com que as pessoas se curvem diante da sua competência, diante da sua vontade e, sobretudo, diante da sua determinação de fazer com que esses direitos mais elementares sejam cumpridos no nosso país.

Lamentavelmente, a impunidade ainda é a razão maior pela qual as coisas se repetem tanto no Brasil. As pessoas sabem que podem fazer. As pessoas sabiam que podiam corromper um fiscal. As pessoas sabiam que podiam corromper um policial federal, um policial civil. As pessoas sabiam que, num determinado momento, um prefeito, um vereador, um deputado ligaria para alguém superior e



pediria que houvesse uma intermediação para que o fiscal não perturbasse. E, quando tudo isso não resolvia, ainda assim, o denunciado começava a dar tiro – não é, padre Ricardo? – para ver se afugentava aqueles que estavam denunciando, para ver se fugiam da localidade, para não atrapalhar.

O fato de vocês terem aprovado hoje, em nome do nosso Governo – eu digo vocês, porque não foi um Governo, não foi nenhum ministro pessoalmente – isso que está sendo chamado de Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo é o resultado de uma criança parida em vários ventres. É o resultado de um trabalho de muitos e muitos anos, com gente de muita experiência nos mais diferentes setores da sociedade brasileira, desde as comissões de direitos humanos até a nossa querida CONTAG, até o Movimento dos Sem-Terra, até a nossa querida CPT, que acumularam, ao longo de anos a experiência que culminou neste projeto.

Eu espero, companheiro Ademir Andrade, que a gente consiga aprovar o seu projeto, porque o nosso país é um país habituado a aprovar belíssimas leis e depois a gente ouve da boca de pessoas importantes a frase de que a lei “não pegou”, porque lamentavelmente é assim, tem lei “que pega” e tem lei “que não pega”. A que “pega” mais é aquela que prejudica mais os pobres, a que “pega” menos é aquela que deveria incidir sobre os ricos.

E eu lembro sempre, para ninguém esquecer, que, em 1927, Lampião dizia que no Brasil quem tivesse 30 contos de réis não ia para a cadeia. Nós aprovamos na Constituição de 88 que todos os fazendeiros que estivessem envolvidos com a plantação de maconha, e que nós conseguíssemos descobrir, perderiam suas terras. Eu nunca vi a imprensa denunciar um único fazendeiro que perdeu a terra por estar plantando maconha.

O que nós precisamos ter é consciência e clareza de que muito mais que uma lei, é preciso determinação; muito mais do que uma lei, é preciso disposição política; muito mais do que uma lei, é o Estado brasileiro transformar numa vontade o fato de que nós vamos erradicar o trabalho escravo no nosso país.

Se isso acontecer, se essa determinação brotar do jeito que eu estou vendo



na fisionomia das pessoas que estão aqui, independentemente de uma lei maior ou uma lei menor, nós conseguiremos acabar com o trabalho escravo no Brasil.

Eu quero parabenizar todos os ministérios envolvidos. Cada um tem uma tarefa - umas menores, outros ministérios têm tarefas maiores. A Justiça do Trabalho tem uma tarefa importante, a Polícia Federal tem uma tarefa importante, o Ministério Público tem um papel fundamental. A Justiça brasileira precisa dar conta de responder a essa situação. E o Governo tem que criar todas as condições e não criar nenhum obstáculo, para que as pessoas possam fazer o seu trabalho e erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Não faz muito tempo – temos aqui o Luís Antônio Medeiros, que foi dirigente sindical, está o Paulo Paim, está o Paulo Rocha que dentro de uma indústria, dependendo do tamanho da indústria, Ruth, não entrava um fiscal do ministério do Trabalho.

Às vezes, quando você fazia uma denúncia contra uma empresa, dependendo do tamanho da empresa, não chegava nem ao Diretor de Relações Humanas. O chefe da guarda da empresa ligava para um superior – não sei quem era – e esse fiscal voltava da porta da fábrica e não cumpria a sua fiscalização.

Acho que quem foi sindicalista, aqui, sabe que isso aconteceu até muito pouco tempo no nosso país. E deve acontecer, não agora, mas deve ter acontecido até há pouco tempo.

Pois bem, eu quero dizer para vocês que esse tempo acabou. Nenhum fiscal do ministério do Trabalho, nenhum fiscal da Receita Federal, nenhum fiscal do INSS, nenhum fiscal do IBAMA, nenhum fiscal do INCRA, nenhum policial federal ou nenhuma pessoa que esteja a serviço do Estado brasileiro, fiscalizando irregularidades será cerceado milimetricamente na sua liberdade de fazer a fiscalização que tem que ser feita, porque somente assim nós conquistaremos o direito de andar de cabeça erguida, no mundo inteiro, dizendo que, no Brasil, o povo descobriu o quanto é importante ter um governo que faça a justiça que o povo tanto reivindica, que é uma palavra tão distante desse povo.



Meu companheiro Nilmário Miranda, eu, que conheço você há tantos anos nessa luta em defesa dos direitos humanos, acho que o Brasil pode ter produzido gente igual a você nesse trabalho, mas acho que nunca produziu ninguém tão ou mais obcecado na defesa dos direitos humanos quanto você.

Acho que essa dobradinha – Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mais ministério do Trabalho, mais ministério da Justiça, mais ministério da Integração Nacional, mais ministério da Reforma Agrária, mais ministério da Educação, mais a Polícia Federal, mais a Justiça e mais o Ministério Público – forma um conjunto de forças de tamanha magnitude que não há escravagista que consiga sobreviver neste país.

Meus parabéns, Nilmário. Meus parabéns, meu querido Jaques Wagner. Meus parabéns, Ruth e sua equipe. E meus parabéns a todos vocês, que ainda acreditam que é possível construir o país dos nossos sonhos.

/lrj/cms/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Palácio do Planalto, 12 de março de 2003

Minha cara ministra Emília Fernandes,
Minha cara companheira Benedita da Silva,
Minha querida companheira Marisa Letícia,
Minha querida Mariza Campos Gomes da Silva, mulher do meu querido companheiro José Alencar,
Ministra Ellen Grace, do Supremo Tribunal Federal,
Senhoras embaixadoras, embaixatriz,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Secretários,
Minha querida governadora Wilma Faria,
Prefeitas aqui presentes,
Minha companheira Dilma Roussef, ministra das Minas e Energia,
Minhas companheiras e companheiros aqui presentes,

Antes de dizer algumas palavras que estão escritas, companheira Cacá, eu estava ouvindo a nossa ministra Emília Fernandes falar e estava lembrando de dois episódios ocorridos na minha vida, um em 1978 e o outro, ontem.

Em janeiro de 1978, eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – naquele tempo só Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – e nós realizamos o I Congresso das Mulheres Metalúrgicas da nossa categoria.

Eu, até então, não tinha tido nenhum contato com o Movimento Feminista do Brasil. Qual não foi minha surpresa quando, no sábado de manhã, na abertura do Congresso, me aparecem umas 15 ou 20 companheiras, em nome do Movimento Feminista, querendo participar do evento. E nós tínhamos tomado a decisão de que



as mulheres não iriam participar, porque não eram da categoria, eram estranhas à categoria, não tinha por que as mulheres participarem.

E, aí, elas começaram a reivindicar uma mulher à mesa, pelo menos uma metalúrgica. E, como a Diretoria era só de homens, nós não tínhamos uma mulher metalúrgica para colocar à mesa. Eu sei que essa guerra entre “coloca uma mulher à mesa ou não”, tomou a primeira manhã do Congresso. Até que os homens, sendo maioria, decidiram não colocar mulher na mesa.

Passados 25 anos, ontem eu participei do Encontro dos Prefeitos do Brasil e tinha por volta de 1.800 prefeitos e prefeitas. Havia muitas prefeitas. E, de repente, quando se formou a mesa, eu me dei conta, quando chamado para falar, de que não havia uma única mulher à mesa. Eu fiz até um apelo. Aí, pediram para eu chamar uma mulher para a mesa e, como eu não era da coordenação, também não iria chamar. Qual era o critério?

Eu comecei com isso, para dizer a todos aqui, presentes, que nos problemas de gênero, além das questões dos direitos que temos que colocar nas nossas Constituições e na nossa legislação, como um todo, tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão que, se não for exercitado todo santo dia, e a gente ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não “pegam”. Existe a lei, mas como a questão cultural está embutida na nossa cabeça, por dezenas de anos, por gerações, a gente continua desrespeitando a lei, mesmo que inconscientemente.

Eu fui à Vila Irmã Dulce, no Piauí, e junto comigo foram todos os ministros. A ministra Emília Fernandes, a ministra Benedita, a ministra Dilma. E visitamos um bairro pobre, em que moram, praticamente, 70 mil pessoas. E, nessa vila, nós visitamos 17 ou 18 casas. Entramos nas casas, conversamos com as pessoas. Todas as casas em que nós entramos, as mulheres não tinham mais de 21 anos de idade. Todas tinham dois, três ou mais filhos, e todas sem marido.

Fico pensando como é que nós vamos resolver um problema dessa magnitude, que não é mais um problema de lei. É um problema cultural e um



problema de responsabilidade das pessoas, porque essa jovem possivelmente não tenha tido nenhum momento de educação sexual na sua infância, na sua adolescência e mesmo depois que virou adulta. Esse que é o responsável pela sua gravidez possivelmente seja tão inocente quanto ela, porque também não teve, nem na sua adolescência, nem na sua infância, nenhum processo de educação que dissesse às pessoas: “É possível fazer sexo sem precisar engravidar e ter um filho”. É possível fazer sexo seguro, é possível planejar a família da gente, não porque o Governo manda castrar o homem ou a mulher, mas porque há um processo de educação em que as pessoas aprendem a auto-determinar quando e quantos filhos querem colocar no mundo, para assumir a responsabilidade.

E, para chegarmos a essa perfeição de sociedade que sonhamos, precisamos quebrar tabus, enfrentar preconceitos, quebrar regras secularmente estabelecidas, que nós vamos ter que, criando coragem, enfrentar, porque somente assim poderemos, num ano qualquer, num século qualquer ou, quem sabe, numa década qualquer, comemorar o Dia 8 de Março tendo a certeza de que a liberdade da mulher é plena, porque a sociedade evoluiu, porque a sociedade se modernizou e porque a sociedade entende que não pode mais haver divisão de espécie alguma, tratamento diferenciado por conta de gênero neste país.

Estamos aqui reunidos, com quatro dias de atraso, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, cuja história, todos vocês conhecem, remonta a um dia de 1857. Naquele dia – e isso vale para as mais jovens que estão aqui –, 120 operárias de uma indústria têxtil, nos Estados Unidos, foram mortas porque faziam uma greve contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários. Todo ser humano deve valorizar essa data, porque ela simboliza a luta, o sacrifício das mulheres pelos seus direitos e por um mundo melhor.

A realidade da mulher brasileira mudou muito nas últimas décadas. Enganase bastante, por exemplo, quem ainda pensa que ela se vê como uma dona de casa, conformada e satisfeita com a sua dependência econômica e submissão ao marido, ou pensa que ela, simplesmente, dedica a sua vida à espera de um príncipe



encantado. Não é assim que as mulheres brasileiras se vêem. Não é assim que as mulheres brasileiras agem.

Engana-se, também, quem pensa somente na mulher como trabalhadora remunerada. Ela já está no mercado de trabalho ou busca entrar nele. Mas a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico, não pago.

Um estudo da Fundação Perseu Abramo, que é uma fundação do Partido dos Trabalhadores, revela que os homens são, em sua grande maioria, os provedores do sustento familiar, mas revela também que as mulheres já contribuem para esse sustento de forma significativa com 45%. Em relação à execução ou à chefia das tarefas domésticas, 97% das mulheres fazem isso praticamente sozinhas, enquanto os homens as auxiliam de forma ainda muito pouco expressiva.

Para se ter uma idéia, nas unidades familiares, em que os casais coabitam, somente 2% dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. E apenas 18% colaboram com as suas companheiras. Esse é um dos retratos da desigualdade e da divisão sexual do trabalho no Brasil.

O estudo indica, também, o que deseja a grande maioria das mulheres brasileiras, em ordem de preferência: a igualdade de direitos, o combate à violência, maior liberdade, menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens.

Não há dúvida de que essas respostas constituem uma pauta muito específica de preocupações, que a visão masculina, hegemônica na sociedade, normalmente tem dificuldade de enxergar.

O nosso governo vai enfrentar para valer essa situação. A primeira medida foi a de dar *status* de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. São elas que devem ser as protagonistas desse novo momento político do nosso país.

Nossa ação concreta vai combater as discriminações contra as mulheres, no mundo do trabalho, na cidade e no campo. Vai buscar a superação das dificuldades e obstáculos sociais que pesam sobre as mulheres chefes de família. Vai dar



prioridade às mulheres pobres incluídas no programa Fome Zero.

Aí, uma descoberta importante, não do nosso Governo, mas, já há alguns anos, vários governos municipais e estaduais têm detectado que toda e qualquer ajuda dada diretamente para a mulher tem um cuidado muito mais responsável do que o homem. Vejam o caso daquele senhor que perdeu os seis filhos naquela grande enchente de Belo Horizonte, que morava num barraco, em cima do morro, que caiu. Ele tinha ganho uma casa da prefeitura. Ele vendeu a casa e foi morar na favela outra vez. Eu duvido de que uma mulher venderia a sua casa por conta de alguns centavos, porque não tem nada mais sagrado para uma dona de casa, não tem nada mais sagrado para uma mulher do que um ninho, onde ela vai cuidar dos seus filhos.

A ação do Governo vai enfrentar também a discriminação contra as mulheres negras. A ação do Governo vai também romper o silêncio que cerca as condições de vida das mulheres indígenas. Vai combater a violência contra as mulheres, em especial, a exploração e a violência sexual contra meninas e adolescente do nosso país.

Minha história pessoal é muito marcada pela presença das mulheres. A minha mãe, uma guerreira que, sozinha, deu proteção e amparo aos filhos ameaçados pela seca, pela fome e pelas doenças que tantos nordestinos e nordestinas conhecem. A minha mulher Marisa, com a sua dignidade pessoal, sua solidariedade e seu engajamento cívico, sempre discreto, mas efetivo. As minhas companheiras do sindicato, dos movimentos sociais, militantes políticas tantas que perderam a vida na busca da democracia em nosso país. As mulheres de hoje, lutadoras pela saúde, pela escola, pelo pão, pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. E todas as mulheres, com a sua sensibilidade, força interior e espírito aberto, que promovem as maiores mudanças em nossas vidas. Enfim, as companheiras do dia-a-dia.

Elas estão do nosso lado, dando exemplos e ganhando os homens para uma causa que é de toda a Humanidade. Todas buscando plena autonomia, respeito, dignidade, lazer e o fim de qualquer opressão de gênero, apontando não somente



para uma sociedade em que as mulheres possam viver melhor, mas para um Brasil melhor para homens e mulheres.

A libertação das mulheres, além de libertar as mulheres, certamente libertará os homens.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita do
Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad**

Palácio do Itamaraty, 17 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,

Senhores ministros de Estado da Malásia e do Brasil,

Senador Eduardo Suplicy, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado,

Deputado Paulo Delgado,

Deputado Sigmaringa Seixas,

Senhor comandante do Exército,

Senhoras e senhores embaixadores,

Senhoras e senhores integrantes da delegação da Malásia,

Senhoras e senhores,

Senhor Primeiro-Ministro, é com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à comitiva que o acompanha. Vossa Excelência novamente nos honra com sua presença no Brasil. Após sua primeira visita oficial, em 1991, e o seu retorno, em 1992, para participar da Conferência do Rio, muito progrediram as relações de amizade e cooperação entre nossos dois países.

Essa visita propicia ocasião para reiterarmos metas e ideais compartilhados. Ambos temos como obsessão a construção de um futuro mais próspero, com maior equidade e justiça social para os nossos povos. Temos como ideal a edificação de um mundo em que predominem os valores da paz, da cooperação e da democracia. Desde a visita de Vossa Excelência ao Brasil, em 1991, e a de meu antecessor, a Kuala Lumpur, em 1995, temos intensificado o intercâmbio e estreitado a cooperação bilateral. Nossos dois países vivem um momento de amadurecimento de



seu diálogo. São excelentes as perspectivas de ampliarmos a cooperação em vários campos. Para mencionar setores estratégicos de grande importância, cito o aeroespacial e o da tecnologia avançada, em que temos convergência de interesses e margem de cooperação profícua e mutuamente benéfica. Em um mundo em que o conhecimento tornou-se sinônimo de desenvolvimento, temos muito a ganhar com a união de nossos esforços.

Na área ambiental, Brasil e Malásia têm elevado grau de afinidades. Ambos integram o megagrupo de países diversos e afins, formados pelos países em desenvolvimento, que, juntos, detêm mais de 80% da biodiversidade do planeta. Temos mantido estreita coordenação em fóruns multilaterais, em particular nas discussões sobre florestas, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual. Brasil e Malásia têm cooperado estreitamente, também, na área agrícola. Por mais significativo que já seja o nosso intercâmbio comercial, queremos desenvolver uma parceria mais estreita neste setor. Os cerca de 640 milhões de dólares que atingiram nossas trocas no ano passado estão certamente aquém do patamar que pode ser alcançado, como bem demonstrou a missão empresarial enviada à Malásia em setembro de 2002. São grandes as potencialidades de maiores trocas comerciais, de investimentos produtivos e de empreendimentos conjuntos.

Senhor Primeiro-Ministro, Brasil e Malásia têm visões estratégicas semelhantes. Coincidimos na defesa de um sistema mundial aberto e democrático. Defendemos o fortalecimento do multilateralismo e das Nações Unidas, em especial nesta fase de crise internacional que vivemos. A visita de Vossa Excelência se dá em um momento extremamente delicado da cena mundial. Brasil e Malásia vêm com a mesma preocupação a possibilidade de um desfecho não pacífico da crise no Iraque, sem o endosso das Nações Unidas.

Defendemos a legitimidade do multilateralismo para a condução do debate e do encaminhamento da grave situação naquele país. Brasil e Malásia exortaram, muitas vezes, o Iraque a cumprir integralmente a resolução 1441 do Conselho de Segurança.



Vossa Excelência reafirmou com vigor tais posições ao assumir recentemente a presidência do Movimento dos Não-Alinhados. Até o último momento devemos bater-nos por uma solução pacífica e, em qualquer caso, juntar esforços para defender o sistema multilateral e a carta da ONU.

Vossa Excelência tem unido sua voz à condenação inequívoca ao terrorismo. Da mesma forma, o Brasil tem firmemente reiterado o seu total repúdio a todas as formas de manifestação do terrorismo, em cumprimento a dispositivo constitucional e aos acordos internacionais sobre esse flagelo.

Vossa Excelência tem insistido na tecla do combate às verdadeiras causas do terrorismo. O Brasil, ao favorecer a luta sem trégua contra o terror, tem afirmado que este combate não deve ofuscar a luta contra as desigualdades sócio-econômicas no mundo, nem afetar o respeito aos direitos humanos.

Nossos países têm pleiteado que, ao lado do tema da segurança, a agenda internacional privilegie também assuntos que visam a erradicação das assimetrias e injustiças, como a luta contra a exclusão social e cultural, a verdadeira abertura comercial dos mercados dos países ricos, a construção de uma nova arquitetura financeira e o imperativo do combate à fome, às doenças e à pobreza.

Atuamos de maneira concertada para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e pelo êxito da rodada de Doha. Trabalhamos em prol da integração produtiva e harmônica de nossas regiões e pelo adensamento do diálogo sul-sul.

O momento atual demonstra que as Nações Unidas devem continuar a ser o foro por excelência para a solução pacífica dos conflitos. Com o objetivo de fortalecer as Nações Unidas, devemos persistir tenazmente no processo de reforma da ONU. As Nações Unidas devem ecoar as mudanças ocorridas na cena internacional nos últimos 50 anos e, assim, continuar a desempenhar seu papel insubstituível na promoção da paz e do desenvolvimento entre os povos.

Senhor Primeiro-Ministro, Vossa Excelência, com a sua vocação de estadista, tem conduzido, com tenacidade e visão de longo prazo, seu país no caminho da prosperidade. Ao deixar o Governo em outubro próximo, Vossa Excelência terá



assegurado à Malásia um papel de crescente destaque no Continente Asiático e no mundo. Vossa Excelência terá deixado inestimável legado ao seu país e à sua região, ao mundo islâmico e à comunidade internacional. Ocupará certamente um lugar de honra nos anais históricos da Malásia e também comandará o respeito de parte dos países que defendem melhores condições de vida para a parcela da Humanidade, que ainda se enquadra na categoria dos excluídos.

A visita de Vossa Excelência representa o coroamento de um processo de aproximação entre os nossos dois países e inaugura a etapa de maior cooperação e afinidades entre Brasil e Malásia.

Em meu nome, no de minha mulher, Marisa, e do povo brasileiro, desejo erguer um brinde a esse promissor futuro e aos laços de amizade que unem crescentemente nossos países.

Faço meus mais sinceros votos de saúde e felicidades a Sua Majestade, o Rei da Malásia, a Vossa Excelência e à Senhora Mahatir, e ao povo malásio.

Muito obrigado.

vpm/cms



**Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
em cadeia de rádio e TV, sobre o início da luta armada no Iraque**

Palácio do Planalto, 20 de março de 2003

Eu quero me dirigir a vocês, da imprensa brasileira e ao povo brasileiro, para lamentar o início da ação armada no Iraque e, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde que assumi a Presidência, tomei uma série de iniciativas em busca de uma solução pacífica para a crise, com o pleno cumprimento, pelo Iraque, das resoluções do Conselho de Segurança.

Nesse sentido, conversei, pessoalmente e por telefone, com vários líderes e governantes do mundo. Até o último momento, estive empenhado em buscar uma solução negociada. Com este objetivo, fiz repetidos contatos com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Da nossa parte, a diplomacia brasileira e eu, pessoalmente, fizemos todo o possível para que o conflito fosse evitado.

Diante do início da guerra, preocupa-nos o sofrimento de inocentes, cujas vidas devem ser preservadas. Faço um apelo para que sejam respeitadas as normas do Direito Internacional Humanitário, principalmente no que se refere à proteção das populações civis e dos refugiados.

Inquietam-nos também repercussões regionais e internacionais do conflito. Não queremos ver o agravamento da instabilidade no Oriente Médio, região de onde descendem milhões de brasileiros e brasileiras e à qual nos unem laços de amizade e cooperação.

Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos tomando todas as providências para que o povo brasileiro não sofra com os efeitos da guerra.



Estamos cuidando do abastecimento, da saúde, da vigilância de nossas fronteiras, e do apoio aos brasileiros, que vivem na região afetada pelo conflito.

Estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.

Obrigado.

/cms.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula Da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Palácio do Planalto, 21 de março de 2003

Eu penso que, depois da Lucinda, a gente deveria terminar o ato e nos dar por agradecidos. Eu tinha tido a oportunidade de ver a Lucinda em Guarapari em 1995, não sei por que a gente não vê uma figura como a Lucinda mais presente nas televisões brasileiras.

Eu queria agradecer a presença da família do nosso querido Florestan Fernandes; está aqui a sua viúva, minha querida companheira Miriam Rodrigues Fernandes, a Beatriz Fernandes, sua filha, e o nosso companheiro jornalista, Florestan Fernandes Júnior.

Eu tinha visto a Zezé Mota aqui, nossa querida Zezé Mota.

Precisava alguém citar mais nomes de personalidades que estão presentes, porque todo mundo aqui é personalidade, mas uns são mais personalidades porque ganharam notoriedade.

Meu querido Antônio Pitanga,

Minha querida companheira e esposa Marisa,

Meu caro e querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,

Minha querida Mariza Gomes da Silva, esposa do José Alencar,

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,

Senhoras e Senhores ministros,

Meus companheiros de labuta nesses próximos quatro anos,

Companheiras ministras,

Minha querida companheira Benedita da Silva,

Meu querido companheiro Abdias Nascimento,

Minha querida Matilde, prepara-te, a luta é dura mas será compensadora.



Meus queridos companheiros senadores, deputados, prefeitos,
Companheiros dirigentes partidários,
Companheiros do Movimento Negro,
Meus amigos e minhas amigas,

Preconceito é uma coisa doentia, e eu estou aqui, de frente para vocês e atrás de vocês há um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo primeiro, que foi feito em 1948, que começa assim: “Todos os homens – ou seja, não tinha mulher naquele tempo – nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade. “Não é possível que as mulheres do mundo inteiro ainda não tenham feito uma pressãozinha para a ONU mudar o artigo primeiro e dizer: “Todos os homens e mulheres do mundo...”

Mas essa é uma forma de preconceito que está estampada nos livros escolares que a nossa meninada lê todo santo dia, está estampada nos jornais, nas revistas nas novelas, nos filmes, em outros que tais.

Nós estamos aqui para tratar de problemas com os quais ninguém gosta de ser identificado: preconceito racial, discriminação, intolerância, racismo. Tem gente até que acredita que eles não existem no Brasil. Ou pensa que, quando ocorrem, prejudicam apenas algumas minorias. A realidade é bem diferente: esses males, aparentemente invisíveis, causam muito sofrimento entre nós.

Pelo menos metade da população brasileira vem sendo prejudicada por essa situação: a metade negra do nosso povo. Ela não é somente negra – é em sua grande maioria, pobre. Mais de 64% dos pobres e pelo menos 70% dos indigentes brasileiros são negros, como também a maior parte dos desempregados e subempregados do país.

No caso das mulheres negras, a discriminação é dupla, de gênero e de raça. Muitas são submetidas a trabalhos precários, baixa remuneração, violência e abuso



sexual, além do abandono que as obriga a assumirem sozinhas o sustento de suas famílias.

Essa situação injusta e cruel é produto da nossa História – da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social –, mas é também resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-la.

O Estado brasileiro não deve ser neutro em relação às questões raciais. Cabe a ele assegurar a todos os brasileiros e brasileiras igualdade de oportunidades na busca de melhores condições de vida.

É importante que a gente tenha claro o que está escrito na nossa Constituição. Eu lembro do papel extraordinário e dos debates que nós fizemos na Constituinte de 1988. E tínhamos lá a companheira Benedita, o companheiro Caó, que falavam na tribuna.

E o que foi escrito na Constituição, a começar do seu artigo 3º? Dizia assim: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Inciso 4º – Promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 4º - A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: Inciso 8º – Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: Primeiro, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. A prática do racismo – inciso 42 – constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei.

Artigo 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visam a melhoria da sua condição social. Inciso 30º - Proibição de diferenças de



salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Artigo 216 da Constituição: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se inclui. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Ato das disposições constitucionais transitórias. Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo.

Eu não sei, meu caro amigo Cristovam Buarque, meu caro amigo Miro Teixeira, respectivamente ministros da Educação e das Comunicações, meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça, e os outros ministros, mas, sobretudo, esses três, a tarefa que vocês terão pela frente.

Eu vou contar dois episódios. Benedita e eu estávamos fazendo campanha para ela, em 1992, no Rio de Janeiro. Um dia, mais ou menos às 7 horas da noite, depois de uns 10 ou 12 comícios, fomos à casa de uma personalidade no Rio de Janeiro, nosso companheiro também – porque nós também temos companheiros personalidades – eu com uma camiseta surrada, porque tinha andado o dia inteiro fazendo comício, e a Benedita – que não andava tão chique assim ainda – chegamos ao prédio e nos dirigimos à entrada principal. Eis que o porteiro, um senhor negro, que certamente não conhecia a Constituição, e certamente não tinha tido o direito de ter auto-estima pela sua própria cor, disse à Benedita e a mim: “Pelo elevador de serviço.” Ela, já deputada federal e eu, naquele tempo, já pensava em ser Presidente da República. Eu fiquei nervoso, peguei o telefone, eu não quis brigar com o porteiro, porque ele não tinha culpa, peguei o telefone e liguei para a



personalidade e disse: “Olha, não é possível.” Aí ele falou com o porteiro e Benedita e eu entramos pelo elevador principal.

Mas isso não acontece só com negro e negra, não. Esses dias eu mudei para um apartamento e um filho de um amigo meu, amigo do meu filho – essa menina que usa essas bermudonas que você não sabe se são calça ou bermuda, porque não está nem no joelho, nem no tornozelo, está no meio da canela – chega esse amigo do meu filho, na minha casa, de bermuda, de camiseta, todo esculhambado, como é próprio da idade, e chega na portaria e o porteiro – não era um negro, era um branco, mas o salário era igual ao do negro, salário mínimo – diz assim para o menino: “Por favor, pelo elevador de serviço.” Eu fui obrigado a pegar o telefone, porque eu perguntei para o menino: “Por quê você veio pelo elevador de serviço?” “Ah, porque o guarda mandou.” Eu olhei para ele assim, e falei: “Pelos trajes, até que merecia.” Aí liguei para o porteiro e disse: “Olha, daqui para a frente, quem vier à minha casa e disser que veio à minha casa, entra pelo elevador considerado principal. São os dois da mesma marca, do mesmo tamanho, cabem a mesma quantidade de pessoas, estão no mesmo prédio, próximos um do outro, ou seja, está escrito lá, um social e o outro de serviço. Vocês imaginem o quanto a gente vai ter que lutar para tirar essas placas nos elevadores dos prédios do Brasil inteiro. E já há algum avanço, obviamente.

Há alguns anos, negro só aparecia na televisão se houvesse um personagem de escravo ou de bandido. Negra, até outro dia, o máximo a que chegava era ser chefe de cozinha.

Pode ser que tudo isso, individualmente, não seja culpa de ninguém, é culpa de uma estrutura de dominação cultural a que nós somos submetidos ao longo de anos. E nós mudamos pouco, porque se a gente não começar, na pré-escola, a contar a História do Brasil diferente para nossas crianças, elas crescerão achando que os negros sempre foram escravos. Elas começarão achando que os negros são uma raça inferior. Se nós não começarmos a mudar, meu amigo Cristovam, na cartilha em que a criança começa a aprender o bê-a-bá, se nós não começarmos a



discutir que as pessoas devem ter papel importante nos filmes e na televisão, pela sua competência e não pela sua cor, nós nunca mudaremos isso.

Vamos continuar achando e admitindo que a mulher negra e o homem negro são bons para dançar, são bons para jogar futebol, são bons para disputar as Olimpíadas, mas para outras atividades como gerente de banco, dentista, médico, advogado, chefe em repartição pública, têm que ser branco. Até dentro das fábricas, – e está aqui um negro saído de dentro da fábrica, o companheiro Vicentinho – sabe-se que se, numa empresa, houver dois trabalhadores, para um deles ser escolhido chefe – se houver um negro e um branco –, pode ficar certo de que o branco será escolhido para ser o chefe daquela fábrica.

Portanto, vocês percebam que a tarefa é muito maior do que criar uma Secretaria, é muito maior do que colocar na Constituição ou na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A coisa é muito mais profunda, a coisa está na raiz, no nascimento do nosso e de outros países. E a gente vai precisar, quem sabe, de alguns anos para que comece a mudar.

Por isso, minha querida companheira Matilde, eu estou certo de que, hoje, o que nós estamos fazendo, é jogar, meu caro Gilberto Gil, uma sementezinha. Vocês são a terra e os que não estão aqui são a água que vai aguar essa semente. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, essa árvore brote, dê frutos e a gente possa se preocupar com outro problema e não mais com o problema do preconceito racial no nosso país.

A criação desta Secretaria é o começo de um trabalho que precisa dar certo. Um trabalho que tem de ser articulado com o de outros ministérios. Um trabalho cotidiano, persistente, que estimule, coordene e torne mais eficientes as ações do Governo nessa área. E aí, minha companheira Matilde, toda vez que a gente trabalha numa fábrica ou num quartel, ou em qualquer atividade em que entre uma pessoa nova, essa pessoa nova leva mais tempo. Você vai começar a tratar os outros ministros como autoridades maiores do que você, porque é mais nova. E todos os ministros, aqui, são seus amigos, minha cara. Você tem que pedir licença



por educação, mas por direito você é igual a qualquer companheiro que já está no Governo.

Tenho certeza de que a nova Secretaria terá condições de fazer isso porque é fruto de movimentos amplos, participativos e profundamente comprometidos com a democracia no nosso país.

O próprio processo de criação da Secretaria foi fruto de um trabalho integrado por nove Ministérios e representantes de movimentos sociais, coordenado pelo meu companheiro Luís Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Durante o período de transição de Governo, no final do ano passado, verificamos que algumas iniciativas governamentais, ligadas às questões raciais, eram ações isoladas ou de caráter meramente propagandístico.

Ao nascer, a nova Secretaria dá a devida importância à promoção da igualdade racial no nosso país e abre espaço para a efetiva integração de projetos e ações em todo o conjunto de governo.

Por razões históricas, e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria terá o seu foco principal nos problemas dessa etnia. Mas não só. Qualquer parcela da população que seja vítima de discriminação racial receberá também da Secretaria a devida atenção.

A nova Secretaria surge em uma data de grande significação: 21 de março é o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, instituído pela ONU em homenagem às dezenas de jovens negros que, em 1960, foram vítimas do massacre na África do Sul.

Surge ainda como uma resposta positiva do Brasil às questões levantadas em 2001 pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada também na África do Sul.

Mais de 16 mil pessoas de 173 países participaram dos debates daquele encontro – 500 representantes do nosso Brasil. O seu lema, inclusive, merece ser lembrado aqui: *“Unidos para combater o racismo – Igualdade, Justiça e Dignidade”*.

É nesses termos que o Brasil do presente e do futuro deve agir.



Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu Governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente, que é o nosso irmão de sangue e de raízes espirituais. Em alguns países africanos o Brasil não tem embaixada e nem sequer um escritório de representação. Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial, imprescindível aos nossos povos, em particular os de língua portuguesa.

Já comuniquei ao meu companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, que ainda este ano eu quero fazer a visita a alguns países da África, para demonstrar que vamos reatar as nossas relações.

A História do Brasil é rica em exemplos de resistência e luta pelos direitos dos negros à plena cidadania.

Zumbi dos Palmares é um herói brasileiro e a data de 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – deve se tornar uma data comemorativa de toda a sociedade.

A superação do racismo requer políticas públicas e ações afirmativas concretas.

Algumas personalidades brasileiras têm que ser lembradas neste ato, entre tantas que dedicaram suas vidas à defesa da igualdade racial. Quero homenagear todas elas recordando, com respeito político e afeto pessoal, a professora, antropóloga e militante Lélia Gonzalez, e os mestres Florestan Fernandes, que já em 1950 desmistificava as relações raciais no Brasil, e também o nosso querido Milton Santos, o nosso maior geógrafo, mundialmente reconhecido.

Quero parabenizar homens e mulheres, simples e ilustres, que durante décadas contribuíram com seu esforço, talento e persistência para a efetivação dessa conquista.

A democracia brasileira será tanto mais substantiva quanto maior for a igualdade racial no nosso país.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar em homenagem à rainha Beatrix, dos Países Baixos

Palácio do Itamaraty, 24 de março de 2003

Sua Majestade, a Rainha dos Países Baixos,
Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Orange,
Minha querida esposa Marisa Letícia da Silva,
Meu querido companheiro, vice-presidente da República, José Alencar, sua esposa, Marisa Campos Gomes da Silva,
Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,
Meu caro senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,
Meu companheiro de governo, embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores e senhora Ana Amorim,
Meu companheiro José Dirceu, ministro de Estado, Chefe da Casa Civil e a senhora Maria Rita Garcia de Andrade,
Meu companheiro senador Eduardo Matarazzo Suplicy, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado,
Senhores embaixadores,
Senhores membros da Delegação de Sua Majestade
Senhoras e Senhores,

A história de nossos dois povos se entrelaça há quase quatro séculos. Há cerca de 350 anos esteve no Brasil um antepassado de Vossa Majestade, o Conde João Maurício de Nassau, que passou a ser conhecido nos Países Baixos como Maurício, “o Brasileiro”.

É com o sentimento desses vínculos tão antigos que o Brasil acolhe hoje Vossa Majestade e o Príncipe e a Princesa de Orange, na primeira visita de Estado de um monarca holandês ao Brasil.



A permanência dos laços que nos unem resulta, em boa medida, da herança cultural deixada por Maurício de Nassau e de que são testemunho suas realizações como administrador e mecenas das artes e das ciências, no Recife, cidade que Vossa Majestade terá o prazer de conhecer durante sua estada no Brasil.

Nassau levou para o Nordeste brasileiro renomados paisagistas, cientistas, botânicos, cartógrafos, cronistas e pintores. Dentre estes sobressaem Franz Post e Albert Eckhout, representantes da época de ouro da pintura holandesa.

Esses pintores, com a sua arte, suas cores e seu deslumbramento pela paisagem brasileira, nos legaram uma documentação iconográfica, paisagística e sociológica preciosa e única.

Majestade,

A visita que ora inicia vem coroar uma aproximação que se encontra no seu momento mais expressivo.

Nossos países formam uma parceria natural. Ambos estão comprometidos com a promoção dos valores democráticos, dos direitos humanos, do meio ambiente, da educação, do desenvolvimento científico e tecnológico. Ambos países fazem parte de importantes associações regionais – o Mercosul e a União Européia, cuja aproximação desejam estimular.

Nesse ponto, Majestade, permito-me sublinhar a importância que atribuímos à continuidade do desenvolvimento, em ambiente positivo e de boa vontade, das negociações entre nossos blocos regionais.

O Mercosul permanece como prioridade em nossa política externa. Consolida-se como importante instrumento de promoção do comércio e de aproximação entre nossos povos e instituições. Mas seu objetivo é ainda maior. Nossa visão é um projeto de integração que ultrapassa os limites da mera associação comercial. Queremos uma real integração industrial, agrícola e social. Queremos uma cooperação científico-tecnológica e cultural. Queremos construir um Mercosul político. A participação ativa e construtiva dos Países Baixos na formação da União Européia serve de inspiração a todos nós comprometidos com o Mercosul.



Os Países Baixos se notabilizam por especial sensibilidade para as questões sociais em qualquer parte do mundo. E o Brasil de hoje tem como prioridade alcançar o desenvolvimento social e executar um inadiável projeto de combate à fome. Convido, nesse sentido, as inúmeras empresas holandesas que acreditam e investem no Brasil a dar colaboração relevante para execução das políticas sociais de meu governo.

A sensibilidade dos Países Baixos para os problemas sociais foi muito bem representada pela ação do príncipe Claus que, pessoalmente ou através da Fundação Príncipe Claus, preocupou-se com a pobreza e com o desenvolvimento de países da África, América Latina e Ásia. É com sentimento de admiração que recordo aqui a sua obra.

Majestade,

Brasil e Países Baixos são parceiros naturais também pelas características de suas economias.

Graças à sua multissecular vocação para o comércio e para a distribuição de mercadorias, figuram hoje os Países Baixos como terceiro principal destino das exportações brasileiras, as quais são em grande medida redistribuídas por casas comerciais holandesas para outros destinos na Europa.

Crescem também de forma exponencial os investimentos holandeses na economia brasileira. Figuraram no ano passado em primeiro lugar entre os investidores estrangeiros no Brasil. É com satisfação que observo esta demonstração de confiança no meu país.

Nossas relações também se reforçaram em outros campos. Exemplo disso são as crescentes e importantes atividades da Cátedra de Estudos Brasileiros da tradicional Universidade de Leiden; a iniciativa de interação entre Recife e Amsterdam; os projetos de cooperação nas áreas de agricultura, pesca e meio ambiente.

Majestade,



No momento em que se acirram as tensões no mundo, é importante que países como o Brasil e os Países Baixos continuem, baseados em suas tradicionais posições em favor da paz, a dar o exemplo da moderação e da busca de soluções negociadas para os conflitos.

É preciso reforçar o multilateralismo, abalado pela Guerra no Iraque. O sistema atual, em contínuo aperfeiçoamento, trouxe avanços significativos no que se refere ao diálogo e à concertação no cenário mundial. Não podemos retroceder; a diplomacia permanece como o instrumento mais eficaz para atingir o objetivo maior da paz mundial.

Tenho convicção de que podemos desenvolver nossa parceria também no campo da política internacional. O Brasil admira os Países Baixos não apenas pela força de sua economia e de seu comércio, ou pelo seu extraordinário patrimônio de História e cultura, mas principalmente pela sua tolerância, pelo seu respeito aos direitos humanos e pela sua longa tradição de exercício e defesa da democracia e do multilateralismo, do que são mostra as importantes organizações internacionais com sede na Haia.

Constatamos, assim, que no campo das relações internacionais, da sensibilidade social, do comércio, dos investimentos, da ciência e da cultura há nos dias de hoje grandes sintonias. Cabe tão somente a nós buscar potencializar estas sintonias e seu efeito multiplicador, reforçando uma parceria sem precedentes na História de nossos dois países, uma parceria sólida, multifacetada e cheia de energia que desejamos ver florescer, para benefício de nossos dois povos.

É com este espírito que convido a todos a se unirem a mim para levantar um brinde à saúde de Sua Majestade, a Rainha Beatrix, de suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Orange, e à felicidade e prosperidade do povo holandês.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Palácio do Planalto, 25 de março de 2003

Alguns companheiros que participam do Consea, hoje, já participaram em 1993, quando nós fizemos o Programa de Segurança Alimentar, à época coordenado pelo companheiro José Gomes da Silva.

Eu não tenho dúvida de que está certa a propaganda que vai entrar na televisão — não sei quando, mas um dia vai entrar — que diz que nós queremos ensinar as pessoas a pescarem e não lhes dar o peixe. Ou seja, estamos tentando passar para a sociedade a idéia de que o combate à fome e à miséria será alcançado na sua plenitude pelas reformas estruturais que precisamos fazer no país.

Nós já inventamos a palavra “estruturante”, viu, Plínio. Você tem que ver, na reunião dos ministérios, como é que estão as palavras. Agora tem “transversalidade”, tem “estruturantes”! Esses dias eu fiz um ministro traduzir e ele teve dificuldade. Mas nós temos consciência de que todos os passos que estamos dando é no sentido de termos as reformas de que o Brasil necessita, para que se possa ganhar o que comer às custas do trabalho, porque no fundo, é isso que dá dignidade a qualquer ser humano. Eu nunca fiquei na fila para pegar comida, mas eu ficava na fila para pegar presente de Natal. É a mesma coisa. E, quando chegava na hora, acabava o brinquedo, e eu voltava para casa sem o brinquedo e com a frustração.

A comida deve ser pior. Primeiro, porque as pessoas não têm coragem de dizer que estão com fome. Quem tem fome, normalmente, não afirma que está com fome. As pessoas têm vergonha, as pessoas têm medo. Imagine uma menina de 16 anos ou um menino de 17 anos que quer ir numa festinha com os amigos, dizer: eu não almocei hoje porque não tem comida. Ele jamais vai dizer, ele vai com fome, mas não vai dizer.



A gente costumava fazer discurso na porta da fábrica e, para provocar a peãozada, dizíamos que o cara — como é, Maria — “comia mortadela e arrotava peru.” Ou seja, por ele não ter coragem de dizer que estava com fome, ele então inventava coisas.

Então, o combate à fome tem que levar em conta essa necessidade primeira. Depois, há todas as discussões que temos que fazer, de ir realizando as reformas, aprofundando o crédito — eu espero que o trabalhador não precise entrar em um banco, que pegue o dinheiro nas cooperativas, que estão mais próximas dele. Nós ainda vamos fazer esse país virar o maior país cooperativista do mundo, se Deus quiser, se vocês ajudarem, e o Banco do Brasil também.

Nós precisamos, neste momento, ter em conta o seguinte: possivelmente, nenhum de nós tinha consciência de que, ao lançar a questão da fome, no discurso de posse, isso tivesse a repercussão que teve. A sociedade brasileira, independentemente do setor, realmente assumiu para si a responsabilidade de que era uma tarefa que não cabia a um governo, mas cabia a ela também. E, a partir daí, a demanda de pessoas que querem fazer as coisas, que querem ajudar, é muito maior do que a nossa capacidade de atendimento. Esse é um dado concreto e objetivo.

Nós temos que olhar o que aconteceu na primeira campanha, quando criamos o Consea, quando o Betinho virou coordenador. O Consea ele sobreviveu um tempo às custas das instituições públicas: Banco do Brasil e outras empresas estatais que criavam comitês. Bom, se quiséssemos criar isso, seria muito fácil. Mas achamos que criar comitês simplesmente subordinados ao Estado, com funcionários do Banco do Brasil, seria uma coisa falsa, porque se muda o Governo, acaba. E nós queremos que a sociedade brasileira se engaje no compromisso de que pode ter mais força do que o próprio Governo para fazer com que a política de solidariedade aconteça num momento em que as pessoas precisam de solidariedade. E a verdade é essa: quem está com fome não quer ouvir discurso, não quer ir para comício, quem está com fome quer comer. E de um jeito ou de outro, nós vamos ter que levar comida na casa



dessas pessoas.

Bem, o que está acontecendo, concretamente: Precisamos criar uma rede, eu diria, de confiança da própria sociedade. Precisamos repetir os Conseas nos estados e nos municípios. Precisamos envolver o prefeito, o padre, o sindicalista, os estudantes, o pastor, o juiz de Direito. Precisamos envolver o que tem de mais vivo na cidade, para que eles possam começar a virar referência na discussão da questão da fome. Porque a fome para nós — eu não sei se é para todo mundo — ainda é um número. Na verdade, o faminto está disperso por 8 milhões e meio de quilômetros quadrados e não sabemos concretamente em que rua ele está e qual o endereço dele. Ainda não temos isso.

Do ponto de vista teórico, isso seria muito fácil. Imaginem se cada prefeito desse país resolvesse fazer na sua cidade um levantamento das pessoas que estão passando necessidade, e se nós pudéssemos mandar os alimentos diretamente para as casas dessas pessoas. Ou que uma empresa pudesse adotar duzentas famílias que estão com fome em uma cidade, ou se uma prefeitura pudesse adotar uma outra cidade, como Diadema adotou Itinga, lá em Minas Gerais. Ou que nós, que temos tantas “cidades-irmãs” da Europa para com o Brasil, pudéssemos colocar pessoas importantes do Consea, do Governo, para viajar e falar para os alemães, para os franceses, para os italianos, para os ingleses; “Vocês poderiam, ao invés de fazer “cidades-irmãs” para ganhar títulos, fazer uma cidade-irmã e assumir.” Ajudar a combater a fome na cidade, ajudar a alfabetizar a cidade, fazer as coisas mais práticas, mais concretas, mais objetivas, para colhermos um resultado daqui a algum tempo.

E porque eu acho que a sociedade tem que assumir? O Graziano começou a citar 37 mil postos de atendimento. Ele ainda não falou dos 3 mil postos de gasolina da Petrobrás, dos 3 mil postos da Shell, das 10 mil lojas da Fenabravi que vende automóvel que estão dispostos a receber alimentos. Bom, primeiro tem que haver uma campanha de doação de alimentos e, depois, a responsabilidade de doar esses alimentos, para cheguem à casa de alguém com fome. Não haverá nada pior para



nós do que alguém dizer que recebeu e não teve alguém que foi pegar, ou dizer que o alimento estragou.

E vejam o que é grave: apesar de sabermos, temos sempre que atacar do mais miserável para o menos miserável, começando por quem está na pior e ir chegando até onde não precisar mais. É importante que termos uma ação combinada e saber o seguinte: hoje, possivelmente, uma grande Belo Horizonte tem mais famintos do que algumas cidades do interior que consideramos pobres; hoje, em São Paulo — quem é de São Paulo sabe —, a fome campeia uma boa parte da periferia.

Agora, o dado concreto é que não temos um número. Eu me lembro de que, uma vez, no Sindicato, nós denunciávamos que os trabalhadores comiam rato na favela do Alves Dias. Foi um escândalo. A pessoa lia o jornal e achava que a gente era xiita: “Onde já se viu dizer que as pessoas comem rato?” E comiam. Em Quipapá, Pernambuco, quando fui pela primeira vez, com Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire e Cristina Tavares, entramos numa casa que tinha uma família comendo rato. E não era preá, era rato mesmo.

Mas acho que a situação só piorou de lá para cá. Não melhorou. Então, o Consea pode, em algum momento, realizar uma grande discussão e tentar saber como é que nós vamos criar os Conseas municipais, como vamos fazer com que cada cidade se sinta motivada a se organizar. A sede do Consea pode ser a sede de um sindicato na cidade, pode ser a paróquia da Igreja, pode ser a Igreja Evangélica, pode ser a sede de um Rotary, de um Lions. Ou seja, não tem que ter segredo neste momento. O que nós precisamos é ter um ponto de referência onde as pessoas que queiram trabalhar se juntem e assumam o seguinte compromisso: “nós vamos fazer com que essas pessoas comam”.

E acho que esse é um trabalho gigantesco, porque não temos o direito de jogar fora as oportunidades que estão surgindo para nós. O Graziano deve ter comunicado a vocês o que o Pão de Açúcar fez hoje. Ainda não? Depois, você vai dizer o que a Nestlé está disposta a fazer, depois, o que a Volkswagen fez. E não é



apenas a questão do combate à fome. É o combate à fome, é o primeiro emprego. Ou seja, há uma maré positiva, há uma corrente muito positiva. E nós temos que aproveitar isso com unhas e dentes, para fazer a coisa acontecer.

Eu fico imaginando: na capital de São Paulo, cada bairro tem uma Igreja católica ou evangélica; cada bairro tem um comitê do PT ou de outro partido político. Ou seja, a sociedade já está organizada. O que precisamos é tentar canalizar essa organização para um movimento, que se ouve falar na televisão, mas para o qual ainda não se recebeu orientação de como se deve participar, de como fazer as coisas.

Acho que esse trabalho da política de combate à fome, tenho dito ao Graziano todo dia, tem dois momentos. Um momento vocês discutiram agora, que é a questão estruturante, são as coisas que vão acontecendo e que vamos começar a colher daqui a 6, 7, 8 meses, algumas até daqui a um ano, dois anos. Mas tem a questão imediata, que está passando na nossa porta. Todo dia alguém liga, alguém telefona, alguém anuncia, alguém fala: “Olhe, tal pessoa quer dar alguma coisa e não sabe como fazer”. Temos que criar esse mecanismo de captação urgentemente, seja do recurso financeiro, seja da doação de alimento.

Desculpem-me, aqui, os meus adversários futebolísticos, mas vocês viram a faixa com que o Coringão entrou no campo, domingo? “A nossa guerra é contra a fome”. A Seleção Brasileira não vai entrar, agora, em Portugal com “Nossa guerra é contra a fome”, porque Portugal aderiu ao Bush nessa coisa. Mas a Seleção Brasileira vai entrar com uma marca do combate à fome. Já entrou na China, quando jogou lá. Todos os times de futebol podem fazer isso, se a gente pedir. O São Paulo Futebol Clube ofereceu o Morumbi, uma segunda-feira por mês, se quisermos fazer um show para arrecadar finanças. Então, vejam, o Corinthians ofereceu a coisa pronta, a vitória.

E, por último, eu quero dizer o seguinte: acho que o momento mais difícil do projeto de combate à fome, na minha opinião, já passou. Aprendi, desde pequeno, que não tem nada pior na relação humana do que a inveja. Isso é mortal. E acho



que um projeto que teve a repercussão desse, começou a ter problemas aqui, problemas ali, problemas menores que ficavam maiores, e foi-se criando problemas e problemas.

E vocês sabem que, quando o problema parte de dentro de nós, ganha mais sabor para a imprensa, mais destaque, e vai por aí fora. Se vocês analisarem, grande parte das críticas ao Fome Zero saíram de dentro de nós mesmos, não foram os estranhos. São coisas que a gente resolve com cinco minutos de conversa. Não que as coisas não devam ter críticas, podem ter. Mas temos que saber se ao fazer críticas, queremos construir ou destruir. Essa é a diferença básica.

E esse Programa vai em frente e vai dar certo porque, se não der certo, se por algum motivo a gente fraquejar e achar que ele não vale, eles nos derrotarão. Mas não vão nos derrotar. Vamos fazer esse Programa ser um sucesso nesses próximos anos, podem ficar certos disso. Vamos fazer esse Programa ser um sucesso, porque eu nunca vi na vida – e olhem que estou na política há 30 anos – a sociedade brasileira tão motivada.

Eu acho que precisamos fazer, companheiro Graziano, em algum momento, Marinho, você que é presidente do Consea, uma reunião onde a gente defina claramente como conversar com os 5 mil prefeitos e as igrejas do Brasil. Bom, muita gente já está nos procurando para conversar, antes da gente procurá-los. Mas precisamos ver como vamos organizar as Direções, para que tenham coordenador e saibam o papel do ministro, o papel do Presidente do Consea. É preciso saber o endereço de cada companheiro que está no Consea municipal para, no caso de qualquer problema, se resolver via telefone, bastando ligar: “Olhe, nós precisamos de um caminhão. Está faltando aqui 30 toneladas de arroz.” Essa coisa precisa ter endereço e ter uma forma de fazer chegar rapidamente.

Acho que a gente não pode perder essa chance. Então, Marinho, essa discussão... não sei se é o IPEA, se é o IBGE, se é o ministro, se é o Presidente da República, quem é, mas nós temos que mapear quem está com fome em cada cidade. Essas pessoas têm endereço, muitas têm residência fixa, e precisamos



descobrir essa gente.

Às vezes, o cara está no semi-árido e está comendo. E, às vezes, o cara está a 10 metros da Praça da Sé e está com fome. Temos a estrutura do ministério da Saúde, com milhares de agentes de saúde, ou seja, temos uma estrutura enorme. O movimento sindical pode contribuir, vamos colocar esses dirigentes sindicais para trabalhar fora das datas-base e não na porta da fábrica, porque o que está na porta de fábrica está comendo. Eles têm que procurar os companheiros que ficaram desempregados e que a gente não sabe onde estão.

Então, temos um monte de trabalho para fazer e é preciso uma orientação. E essa orientação não pode ser institucional, não pode ser do Governo, tem que ser da sociedade civil. Vocês têm que dizer para nós: “O que nós queremos do Governo é o seguinte: para reformas estruturais, nós queremos isso. Agora, para a luta da sociedade civil, o que nós queremos? Usar armazém da Conab para guardar os alimentos; a sede do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos Correios, de qualquer coisa”. Esse é o nosso papel: ajudar.

Agora, para organizar a sociedade tem que ser vocês. Desculpem-me, mas não pode ser o Presidente da República, nem tampouco o ministro. Tem que ser a sociedade civil. Sabe por quê? Porque, se a gente conseguir organizá-la fora da estrutura oficial do Governo, nós estaremos criando uma rede de sustentação para outras coisas que precisamos fazer neste país e que jamais tivemos.

E a coisa é urgente. Por exemplo, o Graziano vai ao Mato Grosso do Sul, dia vinte e pouco, entregar a cesta básica, o cupom em um assentamento dos Sem-Terra. Não é possível. As pessoas não podem ter ocupado uma terra para a gente ficar, depois, dando cesta básica. Temos é que fazer com que aquilo se torne produtivo. A gente demarca a terra dos índios e tem que levar cesta básica porque se demarcou, mas eles estão lá, sem ter o que fazer na vida.

Bem, essa é uma parte do que o Governo pode fazer. Agora, a organização, só vocês. Eu queria que vocês ganhassem um tempo numa reunião aqui ou constituíssem um grupo de trabalho que pudesse apresentar, na próxima reunião,



uma forma concreta de melhor utilizar o potencial da sociedade. Cabe a nós convencê-los a vir conosco.

Acho que o que vimos na Volkswagen, ontem; o que vimos na Mercedes, outro dia; o que vimos, hoje, com o Pão de Açúcar e com a Nestlé é apenas uma demonstração do potencial que tem a sociedade. Imaginem quando cada Igreja deixar de pedir dízimo um dia para pedir um quilo de feijão, um quilo de arroz. O Pão de Açúcar está descontando no contracheque de cada trabalhador uma quantia simbólica: 50 centavos por trabalhador, descontados em folha, para o projeto Fome Zero dos funcionários, com a autorização destes. Imaginem se a gente conseguir isso no Brasil inteiro, o que poderemos fazer?

Então, era essa a sugestão que eu queria fazer, ou seja, nós precisamos mapear os famintos nas cidades. A gente não pode pensar apenas no semi-árido, porque acho que mais grave que no Jequitinhonha é na periferia das grandes cidades, e vou explicar o porquê. Porque o coitadinho que está passando fome lá no Vale do Jequitinhonha ou lá em Afogadas de Ingazeiro, Humberto, está passando fome, mas está lá, e vai ficar lá passando fome. Aqui, na grande cidade, um moleque de 16, 17 anos com fome, desesperado, passa a ser uma vítima quase fatal do crime organizado, do narcotráfico e da bandidagem.

Então, é urgente que a gente leve em conta essa necessidade. E nós temos mais potencial nas grandes cidades. Imaginem quantos sindicatos a CUT tem em São Paulo. Coloquem esses companheiros para fazer esse trabalho. Imaginem quanto tem a CGT, a Força Sindical. Imaginem quantas Pastorais tem a Igreja Católica. Imaginem o trabalho que pode ser feito de levantamento ou mapeamento, e a pessoa, ao invés de ir a uma fila pegar alimento, poderá receber na sua casa essa cotinha de alimento ou o vale.

Esse é um desafio que temos que resolver logo. Não podemos deixar passar muito tempo. Está bem?



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do Presidente da Associação Comercial de São Paulo

Clube Monte Líbano – São Paulo – SP, 27 de março de 2003

Meu querido governador Geraldo Alckmin,

Meu caro Alencar Burti,

Meu caro companheiro Guilherme Afif Domingos,

Meu caro companheiro de trabalho Ciro Gomes, ministro de Estado da Integração Nacional,

Meu caro e velho amigo Cláudio Lembo, vice-governador do estado de São Paulo.

Senhor deputado Sidney Beraldal, presidente da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo,

Meus amigos e companheiros deputados federais,

Senhores e Senhoras, secretários e secretárias de Estado,

Senhores deputados estaduais,

Prefeitos e vereadores que prestigiam esta solenidade,

Meu caro companheiro Rui Falcão, secretário de Governo da Prefeitura de São Paulo,

Meu caro Oded Grajew, companheiro que ajuda a coordenar os programas sociais,

Senhores diretores e senhores membros da Associação Comercial de São Paulo e da Federação.

Senhores e senhoras empresários,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu não vou ler o meu discurso.

Eu senti a necessidade de falar de improviso com vocês.



Eu quis participar desta festa por três razões. Primeiro, pela importância do que representa essa entidade para o Brasil e para o estado de São Paulo. Segundo, para demonstrar o carinho que eu tenho pelo companheiro Afif. E, terceiro, pelos compromissos que, numa conversa que teve comigo, em Brasília, o Afif demonstrou assumir à frente da Federação e da Associação. Tudo isso me motivou a vir a esta posse, antes de partir para Campo Grande.

Eu queria dizer a vocês que tem gente que quer governar uma cidade, um estado ou um país, para marcar o seu nome na História ou, quem sabe, construir uma biografia. Eu acredito que todos que pensam assim ou que pensaram, fracassaram antes de começar.

Fiz questão de declarar, durante a campanha eleitoral, todos os compromissos que eu entendia que poderiam ser cumpridos. Todos. Desde aqueles que eu assumi nas portas de fábricas, fazendo comício, até os que eu assumi com as associações comerciais, com os empresários, em todos os debates de que participei. Eu dizia que ia fazer exatamente o que tantos já prometeram fazer e não fizeram. E eu dizia que ia fazer, não porque tinha maioria no Congresso Nacional, porque a maioria se constrói. Eu afirmava que ia fazer, porque tinha a decisão política. Se não fizermos as coisas de que o Brasil precisa, este país não dará o salto de qualidade que precisa dar.

Eu me lembro do primeiro debate na CNI, do qual participaram Ciro Gomes, José Serra, Anthony Garotinho e eu. E me lembro que eu disse para todos os empresários – possivelmente alguns nem acreditaram porque diziam: “esse Lula vai tomar posse e o Brasil vai entrar numa bancarrota. Ele não fala nem inglês, como é que quer governar o nosso país?” – então eu disse que iria preparar uma proposta de política tributária e de reforma da Previdência Social que, no segundo semestre, iria entrar no Congresso Nacional.

As coisas andaram tão bem até agora que nós não vamos mais esperar o segundo semestre, vamos dar entrada nas duas propostas de reforma agora, no mês de abril. E isso, porque tive o prazer e o privilégio de convocar uma reunião que



eu considero a mais memorável reunião que um Presidente da República fez com os governadores de Estado. O Geraldo Alckmin sabe a gratidão que eu tenho com os governadores porque, em dois dias, o Presidente da República e os 27 governadores assinaram a “Carta de Brasília”, que dá a base para que possamos fazer essas reformas.

Essas reformas têm que ser feitas, senão o Brasil não dá o salto de qualidade que precisa dar. Essas reformas têm que ser feitas, não para prejudicar ou privilegiar alguém, elas têm que ser feitas para se fazer justiça social, tanto nos tributos quanto na Previdência Social. Elas vão ser feitas porque a sociedade inteira reivindicou, nos últimos 15 anos, que elas teriam que ser feitas.

Eu disse na CNI, em junho do ano passado, que a reforma tributária não tinha sido feita porque não tinha havido um maestro capaz de juntar todos os pensamentos antagônicos e construir um consenso em torno de algo que fosse bom, não para este ou para aquele setor da sociedade, mas para o Brasil.

Agora eu pretendo fazer um gesto, com a concordância dos governadores: de sairmos, eu e os 27 governadores do Palácio do Planalto, atravessarmos a pé aquela rampa e entregarmos pessoalmente as propostas de reformas ao Congresso Nacional. Aí é que vamos precisar de vocês. Porque, eu não gosto muito quando ouço um empresário dizer “eu não faço política”, porque direta ou indiretamente, muitos de vocês que estão aqui e outros milhões que não estão, têm a ver com cada deputado, que tem a ver com cada governante eleito neste país.

Portanto, quando esse processo chegar à Câmara dos Deputados, eu acho, meu querido Afif, que a Associação Comercial de São Paulo, e quem sabe as associações do Brasil inteiro, terão o papel muito importante de ir ao Congresso para colaborar com o que precisa ser feito pelas entidades de classe e cobrar de todos os parlamentares a votação daquilo que é de interesse do conjunto da sociedade.

Mas não vamos parar por aí, vamos fazer também uma reforma na estrutura sindical brasileira, vamos fazer uma reforma na legislação trabalhista. E vamos fazer, não para prejudicar alguém, nós vamos fazer porque de vez em quando é



preciso que a gente tenha a capacidade de atualizar as relações entre capital e trabalho e a legislação que rege essa relação. Nós queremos fazer isso na perspectiva de facilitar a criação de empregos que o nosso país precisa.

Vocês sabem que, durante a campanha, eu dizia: Nenhum país do mundo irá se desenvolver se as taxas de juros oferecidas pelo Governo, a troco dos seus títulos, forem maiores do que as taxas de lucros advindas da produção. Eu dizia, como candidato, e quero reafirmar como Presidente da República: nós temos que ter como objetivo reduzir as taxas de juros no nosso país. Mas vocês também sabem que não é uma coisa que se faz com um estalar de dedos ou um passe de mágica.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, criou uma frase que eu tenho repetido: “O Brasil é como se fosse um transatlântico e em transatlântico a gente não dá “cavalo de pau”. É preciso que a gente cuide da economia brasileira, que a gente primeiro recupere o que o país não pode perder, que é a confiabilidade daqueles que investem internamente e externamente. É preciso recuperar a confiabilidade daqueles que têm potencial de investimento na geração de empregos. E é preciso, sobretudo, fazer com que a inflação não volte a crescer.

Houve quem pensasse: “Não, Lula chamou um médico para ser ministro da Fazenda, não pode, tem que ser um economista.” Quem disse que tinha que ser economista? Um médico pode ter mais sensibilidade, até porque os números com que trata o ministro da Fazenda, não podem ser vistos como meras estatísticas. Cada vez que um ministro olha um número, ele tem que se lembrar que ali há uma criança, um homem, uma mulher, que serão vítimas ou que ganharão, se ele souber tratar aqueles números. E por isso coloquei o meu companheiro Antônio Palocci para ser ministro da Fazenda.

Quero chamar a atenção daqueles que agem com pessimismo a vida inteira. Este país, ano passado, tinha uma taxa de risco de 2.400 pontos básicos, duas vezes mais que a da Colômbia, que está quase em situação de guerra. O dólar, ano passado, chegou a quase 4 reais. Obviamente que tem gente que gosta, mas para o país não é bom, pode ser bom para um segmento. E vocês sabem que a inflação



tinha voltado a crescer.

Eu já peguei o vício Afif, na minha mesa tem um computador. E eu que nunca me interessei em ficar vendo se a Bolsa sobe ou desce, se o dólar cai ou sobe, se o risco cai, agora eu, fico olhando direto. Tem gente que até reclama: “puxa, eu vim aqui para conversar e o senhor não pára de olhar no computador”.

Acho que o Brasil está dando uma chance a si mesmo. Não é possível que um país que tem a estrutura produtiva empresarial que tem o Brasil, que tem a estrutura comercial que tem o Brasil, que tem a base intelectual que tem este país, seja analisado, de quando em quando, por uma agência no exterior. E lá, é possível, que as pessoas nem conheçam o Brasil e nos coloquem atrás de países que não têm 20% do potencial de crescimento do Brasil.

Eu descobri uma coisa: este país não precisa apenas de emprego, de salário, de combate à fome. Este país precisa, primeiro, recuperar a auto-estima de 175 milhões de brasileiros.

Vamos ser francos. Alguns de vocês, em algum momento da vida, imaginaram que eu pudesse ir a Davos? Algum de vocês, algum dia, imaginou que eu pudesse ser o Presidente mais aplaudido na história de Davos? Sabem por quê? Porque, antes, nós tínhamos tido uma reunião ibero-americana, com todos os países da América Latina. E comecei a perceber que os governantes do Terceiro Mundo agem como se fossem inferiores: nós somos sempre “coitadinhos”, estamos sempre procurando um culpado para as nossas causas.

E nós, países do continente sul-americano, costumamos jogar a culpa de tudo o que acontece no nosso país em cima dos países ricos. Obviamente, em algumas coisas eles têm culpa. Por exemplo, a barreira tarifária que eles impõem aos produtos agrícolas brasileiros é um prejuízo muito forte para o nosso país. Quando os Estados Unidos sobretaxam o aço, obviamente que estão nos prejudicando. Mas o que nós fazemos para que sejamos respeitados e tratados em igualdade de condições? Qual é a lógica da nossa política de relação comercial? Estamos há quantos anos mantendo uma média de 26% na relação comercial com a



Europa, com a União Européia, e 25% com os Estados Unidos, e o restante, com a América do Sul e com o mundo asiático?

Ora, se temos canais obstruídos na Europa e nos Estados Unidos, primeiro, temos que ter coragem de brigar de verdade na Organização Mundial de Comércio, para que o Brasil tenha os seus direitos respeitados, como têm outros países.

Quando montei o Ministério, havia gente que dizia que não tínhamos quadros para montar o Governo. Eu não precisava de quadros. Eu estava montando um Governo. E coloquei, nas duas áreas importantes – agricultura e indústria –, duas pessoas: Luiz Furlan e Roberto Rodrigues. Nunca perguntei a que partido eles eram filiados. Nunca perguntei em que candidatos eles votaram e nunca perguntei em quem eles vão votar no futuro.

A única coisa que disse a eles foi o seguinte: o nosso país tem que ter do mundo um respeito do tamanho dos nossos sonhos e das nossas aspirações. Vocês dois vão ter que vender bem este Brasil lá fora. Não vender, como foi vendido em alguns casos de privatização, mas vender os nossos produtos, vender a nossa imagem, vender a nossa tecnologia, vender a nossa cara. E isso eu acho que os dois estão fazendo, com uma competência invejável para muitos que já passaram pelo Governo. É surpreendente para mim não só a boa vontade, a competência, mas a determinação.

Resolvi levar para os Ministérios três governadores experientes. E um deles está aqui, o companheiro Ciro Gomes. Resolvi levar o que a gente tinha de melhor na área social, porque esse é o problema que temos que enfrentar. Porque, se é verdade que nenhuma economia do mundo vai para a frente se os juros oferecidos pelo Governo forem maiores do que as taxas de lucro advindas da produção, é verdade também que não há na História da Humanidade nenhum país no mundo que foi para a frente sem antes investir na educação do seu povo.

E por que, muitas vezes, isso não foi feito? Isso não foi feito porque, no Brasil, sempre se passou a idéia de que o Estado era poderoso e tinha que fazer tudo. Eu estou convencido de que o papel do Estado deve ser o papel muito mais de indutor



do que de executor.

O Estado pode induzir as coisas a acontecerem neste país. Por isso nós constituímos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com 82 empresários e trabalhadores. A crítica da imprensa não foi por que eu tinha colocado mais trabalhadores do que empresários, a crítica foi de que o meu Conselho tinha mais empresários do que trabalhadores, e lá no Conselho também ninguém foi perguntado a que partido pertencia, a que central sindical pertencia, qual a sua religião ou qual a sua origem. Nós convocamos personalidades e com eles queremos discutir as reformas de que este país precisa.

As coisas estão acontecendo, mas tem gente muito apressada. A gente tem que fazer as coisas com cautela. Quando a gente é de oposição, pode fazer bravata porque não vai ter que executar nada mesmo; agora, quando você é Governo, você tem que fazer, e aí não cabe a bravata, é melhor você contar até 10 e refazer o que você ia fazer, do que fazer errado e ter que voltar atrás.

Nós estamos bem conscientes do nosso papel. Primeiro, recuperar o desenvolvimento do nosso país. É uma coisa que todos nós queremos. O Afif falou aqui em facilitar a abertura de uma empresa. No Brasil, hoje, até que abrir uma empresa não é tão difícil, duro é a gente ficar contabilizando dois milhões de empresas sem saber que 300 mil já não existem mais e as pessoas não vão fechá-las porque não têm dinheiro para fechar as empresas. Desburocratizar o país é uma necessidade para apressar o processo de transformação que nós queremos.

Nós vamos enfrentar o debate, vamos conversar, vamos dialogar, o que não pode é continuarmos na iniciativa privada com 17 bilhões de reais, pagando aposentadoria para 19 milhões de pessoas e, no setor público, só no governo federal, nós gastamos 23 bilhões de reais para atender 900 mil pessoas. Não é possível!

Eu quero, com isso, fazer justiça, até porque eu não tenho que pensar em quem já tem 50 anos, eu tenho que pensar que se a gente não reformar o Estado agora, daqui a 20 anos não haverá mais dinheiro para pagar a aposentadoria de



ninguém, e sabe o governador Alckmin, sabe o governador Aécio Neves, sabe a governadora Rosinha, que todos os estados irão à falência, e, em alguns casos, até primeiro que o governo federal.

Por que, então, que eu teria que mexer com isso? Eu estou mexendo com a minha base, eu estou mexendo com os sindicalistas que votaram em mim. Por que eu estou fazendo isso? Eu poderia “empurrar com a barriga” mais 4 anos, pois um mandato de 4 anos, dizem, a gente nem percebe e ele já acaba. Por que eu estou fazendo isso? É porque um Presidente da República não tem que pensar no seu mandato, ele tem que pensar no seu país, e pensando no seu país ele tem que fazer as coisas que devem ser feitas.

Eu acredito, Afif, que grande parte das políticas que o Governo tem que fazer não será feita se vocês não assumirem. O Governo pode ser parceiro, da mesma forma que eu acredito que grande parte das políticas sociais que o Governo tem que fazer só acontecerá, Padre Zezinho, se a sociedade organizada assumir, se a Igreja assumir, os católicos, os evangélicos, os sindicatos, as Associações Comerciais. Existe uma rede organizada e pronta.

O ministro Ciro Gomes estava numa reunião do Ministério, quando eu dizia ao meu companheiro, ministro da Educação, Cristovam Buarque, que era preciso fazer um acordo, porque assim, como está, não é possível. Eu sobrevoei de helicóptero, esses dias, do aeroporto de Brasília até o Palácio da Alvorada: eu nunca vi tanta piscina em minha vida. E nesta época está frio, ninguém estava na piscina. Mas o pior é que você tem vários clubes. Você tem Clube do Exército, Clube da Aeronáutica, Clube da Marinha, Clube das Nações, Clube do Banco do Brasil, Clube da Caixa Econômica, Clube do Congresso Nacional, e muitos outros. E a 20 quilômetros daqueles clubes, que ficam fechados de segunda a sexta, vivem milhares de crianças pobres, que nunca viram uma piscina e, quem sabe, morrerão sem ver uma piscina. Por que não aproveitar essa estrutura que está pronta e colocar essas crianças para utilizar essas praças esportivas e dar a elas a oportunidade – porque se não dermos o crime organizado vai dar, o narcotráfico vai



dar e aí ficará muito mais caro tentar recuperar essas crianças. Então, nós não temos que fazer, nós temos que tentar aproveitar o que já está feito.

Cada cidade do interior, governador, você conhece melhor que eu, tem clubes enormes. Os governantes constroem verdadeiros ginásios para 20 mil pessoas, para ter um jogo, uma vez por ano, de uma seleção brasileira, para ter um jogo, às vezes, duas vezes por ano. E de segunda a domingo, mês após mês, aquilo fica vazio, não acontece nada. As várzeas deste país estão cheias de campos que não são utilizados para nada: só no domingo se joga um pouquinho.

Então, nós precisamos começar a entender o seguinte: como é que faz uma dona de casa, uma mulher, com o pouco dinheiro que ela tem? O homem até que pode gastar mais, pode querer tomar cerveja, mas a mulher, não. A mulher, se ela tiver 10 reais e precisar de 10, ela não joga um centavo fora. O que o Governo tem que fazer? Tem que ter criatividade. O Ciro, em nossas conversas, diz o seguinte: o ideal para qualquer governante do mundo seria governar um país pequeno com um PIB americano. Aí, como você tem muito dinheiro, você se dá ao luxo até de gastar muito em guerra, quando poderia gastar na paz, combatendo a fome no Terceiro Mundo, na África, em outros lugares.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que os Estados Unidos atacariam muito mais o terrorismo fazendo política social, do que tentando fazer essa guerra que estão fazendo.

Então, se nós não temos muito dinheiro, nós temos que ter criatividade.

O que pode ser feito com o pouco que nós temos? Como é que vive o trabalhador brasileiro há tanto tempo com um salário mínimo tão pequeno? Ele faz o que pode e eu acho que o Governo vai fazer o que pode, neste primeiro ano, para fazer o que precisa ser feito no segundo. E vocês vão ter belíssimas surpresas. Primeiro eu me levanto cada dia mais otimista, por mais que as coisas pareçam feias, em função da guerra. Não há um dia em que eu não me levante com a certeza de que nós vamos dar a volta por cima e este país vai voltar a crescer do jeito que precisa. A gente vai reduzir os juros do jeito que precisa reduzir e vai fazer a política



social do jeito que ela precisa ser feita. E vamos combater o crime organizado.

Combater o crime organizado não é combatê-lo como se tentava perseguir o Meneghetti, quando era o bandido mais famoso de São Paulo, quando não se tinha conhecimento de violência. O crime organizado é uma indústria. Ele tem o seu braço político, seu braço empresarial, seu braço no Judiciário, seu braço internacional, seu braço em tudo quanto é lugar. Como é que vamos fazer?

É preciso que a gente esteja à altura desse combate. Estar à altura desse combate significa investir corretamente num processo de melhoramento da nossa Polícia, de melhoramento da nossa Inteligência, e cuidar para evitar que o narcotráfico comece a passar a idéia de que a vítima é o “coitadinho” que é pego. A televisão mostra, todo dia: “A Polícia Federal pegou, no aeroporto de Cumbica, em São Paulo, 300 quilos de cocaína.” Aí, aparece meia dúzia de “carazinhos” lá, de “tilápias”, sempre “bagrinhos”. Você não sabe para onde ia e nem de onde vinha, e não sabe quem é o responsável por aquilo, e o assunto desaparece do noticiário. Aí, passam mais cinco meses, a Polícia pega um grande carregamento de maconha no aeroporto de Recife. Aparecem os “bagrinhos” outra vez. Você não sabe para onde vão e não sabe de onde vieram.

Na verdade, quem é pescador, aqui, sabe que um peixe grande demora mais para se pegar. O Maluf é pescador, ele sabe que pegar um lambarzinho é mais fácil do que pegar um pintado, do que pegar um jaú.

Então, nós precisamos estar preparados para entender que no combate ao crime organizado e ao narcotráfico tem que se pegar os peixes grandes deste país, em águas profundas. E aí não pode haver vacilação. E eu queria pedir a vocês, se alguém ainda vacila que, por favor, assista ao filme “Carandiru”, vocês vão ter noção do que eu estou falando. Quem está lá, na verdade, é um bando de miseráveis que não tiveram oportunidade na vida e, possivelmente, as causas que os levaram para a cadeia não foram discutidas em nenhum momento, na História deste país.

Enquanto isso, o “tubarão”, aquele que não mora no porão, mas em cobertura, aquele que não mora no Grajaú, mas em outros lugares, está aí



recebendo homenagens, às vezes ocupando cargos importantes, como aquele coronel do Acre, o Hildebrando, que era coronel da Polícia Militar. Ele era deputado federal, com passaporte diplomático! Não é chique? Um indivíduo com passaporte diplomático, coronel da Polícia, e depois você descobre que ele era o mandante de vários crimes, a ponto de mandar cortar gente ao meio, no estado do Acre. Quantos estão assim na nossa Polícia, fora dela, na nossa sociedade e em outros países? Temos que enfrentar isso. Uma parceria entre um governador, um Presidente ou um prefeito tem que ser um compromisso da Nação no combate ao crime organizado.

E nós estamos preparando a nossa proposta, Alckmin, para tentar, junto com os governadores, numa reunião com o secretário de Segurança, mudar o ritmo da nossa atuação no combate ao crime organizado, porque nós não vamos permitir que as pessoas honestas deste país fiquem com medo de sair à rua à noite, enquanto os bandidos perambulam às sete da manhã, assaltando pessoas honestas que vão trabalhar. Nós vamos ter que ser duros para que possamos dar às pessoas honestas o direito de ir e vir.

Eu fico imaginando o seguinte: todos vocês, que forem pegar um avião agora, aqui, em Congonhas, para ir para o Rio de Janeiro, terão que passar numa máquina de raio-x, para saber se vocês têm alguma arma. Há advogado que não quer que seja utilizada, para visita ao bandido, aquela máquina na qual ele deve passar. E é uma briga que vamos ter, senão, como é que nós vamos consertar este país?

Por isso, meu caro Afif, eu venho aqui, não à posse do Presidente de duas instituições importantes como a Federação e a Associação. Eu quero registrar aqui, para os anais desta Casa, que venho à posse de um parceiro que, não tenho dúvida nenhuma, vai contribuir, independentemente das nossas posições político-partidárias, para darmos ao Brasil uma chance de se transformar na grande Nação que todos nós sonhamos desde quando respiramos nosso primeiro ar, quando saímos do ventre da nossa mãe. Todos nós aprendemos que o Brasil era o país do futuro. E se a gente olhar as estatísticas, faz 30 anos que a massa salarial não cresce neste país. Se a gente analisar bem, a violência cresceu muito mais. Então,



em alguns casos andamos para trás.

Os governantes de 120 países assumiram um compromisso, em Roma, em 1996, de que em 2015 iriam diminuir 50% da fome no mundo. Como ninguém fez nada, agora a ONU teve que refazer os cálculos e somente em 2050 é que vão acabar com 50%. É por isso que eu coloquei a fome como fundamento. Porque uma pessoa sem comer não trabalha, uma pessoa sem comer não estuda, uma pessoa sem comer fica feia, vai ficando deformada, vai tendo atrofiamento no cérebro. Se a pessoa não ingerir vitamina A, como em Pernambuco foi detectado, alguns anos atrás, não consegue enxergar sequer o que está no quadro negro. E há experiências fantásticas, Afif, para resolver este quadro.

Esses dias, telefonou-me a Viviane Senna, dizendo que queria me comunicar que ela e mais 100 empresários assumiram a responsabilidade de reintroduzir, no estado de Pernambuco, 1 milhão de crianças que estão num processo de repetência muito grave.

A Pirelli assumiu, com o governo federal e o governo do estado do Acre, a responsabilidade de, em 3 anos, alfabetizar todo o estado. O Grupo Pão de Açúcar veio nos visitar e anunciou não só que vai colocar toda a sua rede para captar alimentos e distribuir, como vai gerar 600 empregos. A Volkswagen não só dá um carro e dois caminhões para o Fome Zero, como resolve criar 600 empregos e assumir a responsabilidade de, para cada carro vendido, a Volkswagen a concessionária e o banco financiador vão dar um quilo de alimento para este país. A Nestlé está fazendo a campanha que vocês estão vendo. A Scania me procurou ontem, dizendo que vai contribuir, vai adotar uma cidade para cuidar.

Eu vi você agora falar do primeiro degrau, nós vamos lançar o programa Primeiro Emprego. Eu fico imaginando um país que tem a gente que nós temos, com a disposição que nós temos. Só não dá certo se os governantes atrapalharem. É por isso que eu tenho surpreendido muita gente. Possivelmente eu já tenha feito mais reuniões com empresários, meu caro Mário Amato, do que os outros governantes fizeram nos últimos 10 anos.



E vou chamar segmento por segmento do setor empresarial, já falei com o Afif, nós ainda vamos estar reunidos com todas as associações comerciais do Brasil, vamos estar reunidos com os empresários, como já nos reunimos com os usineiros, como já nos reunimos com os madeireiros, com a indústria automobilística, setor por setor, neste país.

No final do meu mandato, ninguém vai dizer: “Olhe, eu tinha uma boa idéia e não consegui apresentar para o Governo.” Quem tiver idéia, por favor, tire das gavetas porque o Governo quer usar todas as boas idéias em benefício das boas causas e acabar com a miséria neste país.

Muito obrigado e felicidades, meu caro Afif.

[/rss/cms/lrj](#)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato público
“Colheita de Grãos”, na Escola do Assentamento Itamarati**

Ponta Porã – MS, 28 de março de 2003

Meus companheiros e minhas companheiras da Fazenda Itamarati,
Meus companheiros da CUT, do Movimento Sem-Terra, da Contag, que
fazem parte deste assentamento,

Meu companheiro Laino, guerreiro paraguaio, presente entre nós,

Eu não sei se o Cerimonial cometeu uma indelicadeza, por não ter
apresentado os ministros a todos os companheiros: o Ciro Gomes, é o ministro da
Integração Nacional; o Anderson Adauto, é o ministro dos Transportes; o José
Viegas, é o ministro da Defesa; o Roberto Rodrigues, é o ministro da Agricultura e o
José Graziano é o nosso ministro Extraordinário de Combate à Fome.

Meu querido Prefeito,

O ministro Rossetto já falou, já foi apresentado,

Meus companheiros e minhas companheiras,

É gratificante a gente vir este assentamento na Fazenda Itamarati e sair daqui
com a alma lavada, porque, olhando no rosto das mulheres, dos homens e das
crianças, a gente percebe aqui que está acontecendo alguma coisa diferente neste
país.

O que vocês estão fazendo aqui, no assentamento da Fazenda Itamarati, é
provar uma coisa que a gente vem dizendo há muitos anos: a reforma agrária não
pressupõe apenas a terra. A reforma agrária pressupõe que você tenha a terra, que
você tenha financiamento, que você tenha assistência técnica, que você tenha
organização em cooperativa, que você possa até se organizar em pequenas
agroindústrias.

Até porque o que nós vimos aqui, de pivô, não é possível adotar para cada



propriedade pequena, na agricultura familiar. Isso nos obriga a um trabalho mais cooperativo, a um trabalho mais organizativo, sem que percamos a nossa individualidade, como cada um tem, aqui, seus 4 hectares para plantar e desenvolver uma agricultura de subsistência.

Mas tem que haver organização para que a gente consiga fazer frente aos investimentos que nós temos que fazer na tecnologia que a agricultura brasileira tanto precisa, sobretudo, a pequena agricultura familiar.

Saio daqui com a certeza, companheiro Zeca, de que possivelmente eu tenha sido um daqueles que quando você me falava, com os olhos lacrimejando, desta fazenda aqui, ficavam imaginando se iria dar certo ou não.

A verdade é que nós visitamos as casas e o Zeca já disse: “Ainda falta chegar a energia elétrica para que vocês possam comparar se eu sou mais bonito que o Antônio Fagundes ou não.”

Ainda falta melhorar a casa de muita gente. O Olívio Dutra, ministro das Cidades, já esteve aqui com o Governador e logo vai sair a ajuda para que as pessoas possam terminar a construção das casas ou aumentar mais um cômodo.

Meu companheiro Zeca falou da água. E, neste instante, todos vocês, e nós, estamos pisando em cima do maior reservatório d’água do mundo, que é o Aqüífero Guarany, que pega toda essa região. E é possível que seja através desse Aqüífero – que nós, no Nordeste, conhecemos como lençol de água – que a gente possa resolver parte dos problemas da água que vocês enfrentam nas suas casas.

E aí, sim, quando vocês tiverem energia elétrica, quando tiverem terminado a casa, quando tiverem água encanada, quando a produção de vocês estiver totalmente 100%, quando as crianças todas estiverem na escola, eu não tenho dúvida nenhuma de que ouvi, hoje, de algumas famílias que nós visitamos, vamos ouvir de todo mundo.

Eu perguntava para os companheiros: “De onde você veio?” “Eu vim de tal cidade.” “O que você fazia?” “Trabalhava na agricultura.” “Qual a diferença entre o que você fazia antes e o assentamento Itamarati?” Ele me dizia: “Nós, agora,



estamos no céu.” E por quê ele dizia que “nós estamos no céu?” Primeiro, porque não é todo brasileiro que tem seu pedacinho de terra; segundo, porque não é todo brasileiro que tem a sua casa. Terceiro, porque nós vimos, agora, na apresentação que, há companheiros em alguns lugares que já estão tirando, em média, mil reais por mês.

E quem está no campo trabalhando e consegue, com a sua produção, tirar mil reais por mês, jamais irá para algum lugar deste país morar numa favela ou dormir embaixo de uma ponte, porque aqui ele encontrou condição para criar a sua família com a maior dignidade.

Qual é o problema que nós temos hoje? O Miguel Rossetto é o ministro do Desenvolvimento Agrário. Só para vocês terem idéia, enquanto no Sul do país 50% dos assentamentos têm assistência técnica, no Nordeste brasileiro apenas 2,7% dos assentamentos têm essa assistência.

Ora, se você não tem água, se não tem assistência técnica, se não tem financiamento, se não está organizado em cooperativa, você não pode dizer que está participando de um processo de reforma agrária.

Portanto, não é apenas ocupar, é a gente organizar. E eu disse isso ao Miguel Rossetto. Eu tenho dito, todo dia: se o Ministro da Reforma Agrária do meu Governo for disputar com o Governo anterior, seja do Fernando Henrique Cardoso, do Itamar, do Sarney ou de qualquer outro, apenas pela quantidade de gente assentada, se um assentou 300 mil, eu tenho que assentar 301; se o outro assentou 500 mil, eu tenho que assentar 501. Se a gente for disputar pelo número, já perdemos a batalha, porque a nossa vitória não estará na quantidade, mas na qualidade dos assentamentos, a partir deste Governo.

Colocar um homem na terra não é tirá-lo da miséria da cidade e transformá-lo num miserável do campo, às vezes precisando de cesta básica para sobreviver. Quando tirarmos alguém da cidade para levar para o campo, nós temos que ter a responsabilidade – e o meu Governo terá – de garantir a esta pessoa, no tempo necessário, as condições para ela conquistar a cidadania no campo. É para isso que



se faz a reforma agrária. Não é apenas para aumentar o número de pobres levados das grandes periferias para o campo. O que nós queremos é melhorar a qualidade de vida das pessoas.

E é por isso, companheiro Zeca, que eu acho que mais pessoas precisam vir visitar este assentamento Itamarati, para que percebam que é possível dar certo, se a gente escolher a terra certa, se a gente tiver a coragem de fazer o crédito no tempo certo, se a gente tiver coragem de recuperar as escolas técnicas, formar técnicos de agricultura para vir aos assentamentos ajudar no aperfeiçoamento da produção agrícola. E se a gente tiver a competência de ajudar, para que esses produtos possam chegar ao consumidor final.

Nós também constatamos, aqui, que ainda faltam armazéns, silos, em alguns lugares. E não custam tão caro. É apenas a gente vir, olhar, ouvir das pessoas o que falta e, agora, voltar e começar a fazer as coisas funcionarem.

Hoje, eu volto para Brasília. Acabo de receber um telefonema do senador Aloízio Mercadante, a respeito da Medida Provisória 77, que devo assinar e que trata do refinanciamento do crédito agrícola, que estava praticamente proibido para 450 mil famílias pertencentes à agricultura familiar.

Lógico que cada um de nós, aqui, e cada um de vocês, tem muita experiência. Cada um de nós tem experiência de vida, e todos sabem que nós temos apenas dois meses e vinte e poucos dias de Governo. Vocês sabem que nós vamos fazer muito mais, mas muito mais do que jamais se imaginou que fosse feito neste país para a agricultura familiar e para a reforma agrária.

É só ter um pouco de paciência e esperar. É só ter um pouco de paciência e acreditar que cada palavra que dissemos, em cima dos caminhões da campanha, cada pronunciamento que fizemos na televisão, se Deus me der saúde e vida, cada vírgula será cumprida, porque não quero perder o direito de andar de cabeça erguida junto ao povo que me elegeu Presidente da República. E, sobretudo, junto a vocês, que eu sei o que passaram para chegar onde chegaram, e sei do apoio que vocês deram, tanto a mim quanto ao companheiro Zeca.



E eu quero, com o mesmo orgulho com que vocês me apoiaram, que continuem com esse orgulho, dizendo: “Valeu a pena reeleger o Zeca, valeu a pena eleger o Lula, porque agora o crédito do Banco do Brasil não vai ser apenas para os grandes da agricultura, vai ser para todos.” O grande tem direito ao empréstimo? Tem. Agora, o pequeno tem que ter o empréstimo na época certa, porque o que nós temos assistido é que, muitas vezes, se anuncia na televisão o dinheiro do Pronaf e termina o tempo de plantio, o tempo da colheita, e o coitado do pequeno não teve acesso ao crédito, portanto, ele não plantou e não colheu. Isso vai acabar. E vai acabar a partir deste ano, porque o crédito vai sair na hora certa para ajudar vocês a plantarem, para ajudar vocês a colherem. Cabe ao Governo também fazer um esforço muito grande para ajudar vocês a venderem o que plantaram e colheram.

Zeca, o tempo é pouco. Mas eu queria dizer para você que saio daqui, com os meus ministros, para Brasília, com a alma lavada. E quero dizer a todos os companheiros, àqueles que já têm água e, também, àqueles que não têm, àqueles que têm energia mas, também, para aqueles que não têm, que esperem. Porque trazer água e energia para vocês não é nenhum ato de coragem de nenhum Presidente, não é nenhum ato de coragem de nenhum ministro. É uma obrigação moral e ética fazer os benefícios chegarem à parte pobre da população brasileira, sobretudo àquela que trabalha.

Muito obrigado, Zeca. Muito obrigado, meus companheiros e companheiras.

Gente, um grande abraço. Que Deus abençoe cada um de vocês. E, certamente, nós voltaremos aqui, quem sabe, para inaugurar a energia elétrica, quem sabe para festejar a água, quem sabe, para festejar as casas.

Mas, Zeca, pode ficar certo de que eu e outros ministros, mais esses que estão aqui, voltaremos aqui porque, quando nós voltarmos, certamente vocês estarão muito melhores do que estão hoje.

Que Deus abençoe cada homem, cada mulher e cada criança.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Medida Provisória referente à negociação de débitos rurais

Palácio do Planalto, 31 de março de 2003

O que nós estamos presenciando, neste ato, é o resultado não apenas da vontade do Governo de fazer uma medida provisória que vai beneficiar 330 mil famílias que trabalham no campo. É muito mais: é a demonstração da maturidade com que essas discussões se deram dentro do Congresso Nacional.

Na última sexta-feira, eu recebi um telefonema do companheiro José Dirceu, depois um telefonema do Aloízio Mercadante, me dando conta da cordialidade e da seriedade com que todos os partidos políticos trataram esse tema, permitindo que nós pudéssemos fazer um acordo, e esse acordo pudesse resultar numa medida provisória que vem reparar alguns equívocos que aconteceram com a agricultura familiar ao longo da história.

Eu estou convencido de que passos como esses se darão em outras reformas que nós precisamos fazer, em outras medidas. Estou convencido de que há vontade política, há disposição, independentemente de alguém ser contra ou a favor de alguém pertencer a esse ou àquele partido político.

Eu acho que determinados assuntos são de tamanha relevância para a sociedade e de tamanha importância para os setores da sociedade mais excluídos que, muitas vezes, não se vê diferença partidária na votação.

Por isso, além dos deputados e senadores da base do Governo, acho que é muito importante, senador Arthur Virgílio, a sua presença aqui; acho que é muito importante a presença do deputado Jonas Pinheiro, porque isso demonstra que há, na diversidade, um espaço no exercício da democracia, quase que infinito.

Quando as pessoas são democratas, sempre estão dispostas a ouvir um argumento a mais que possa convencê-las a tomar essa ou aquela posição.

E eu penso que esse é um desejo do povo brasileiro e um desejo de todas as



pessoas sérias do Brasil. Nós não podemos deixar de atender a parte mais sofrida da sociedade.

Muitas vezes um governo não toma as medidas com a pressa que deveria tomar porque trabalha com limitações que não são políticas. Muitas vezes, são limitações eminentemente econômicas.

O dado concreto é que nós vamos adotar, com esse gesto que estamos fazendo aqui, hoje, um novo hábito de fazer política. Não há por que a sociedade não ser convidada a participar dos principais debates do país. Não há por que a gente não começar a reparar coisas que deveriam ter acontecido há 10 ou 15 anos e que não aconteceram nas mais diferentes atividades, não apenas produtivas e econômicas, mas no campo da educação, no campo da saúde. Há muita coisa para ser feita.

Eu estive, na semana passada, no Assentamento Itamarati, lá no Mato Grosso do Sul, e pude ver o quanto faz bem a agricultura familiar se nós pudermos dotá-la com a infra-estrutura necessária para que produza.

E, lá, eu disse uma coisa que a maioria da imprensa publicou corretamente, houve uma ou outra insinuação, quando eu disse que nós não vamos ficar disputando com nenhum governo, nem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, nem com o presidente Sarney, nem com o presidente Itamar Franco, com nenhum outro, a quantidade de assentados no Brasil.

Eu disse que essa não é a questão, se alguém assentou 1 milhão ou 999. O que está a ser exigido de nós hoje, é a qualidade de vida que essas pessoas que já estão no campo precisam ter.

Nós precisamos, primeiro, ter em conta que a agricultura familiar não é incompatível e nem se choca com uma agricultura empresarial. São duas coisas totalmente distintas, elas podem se completar, em algum momento. O que não se pode é privilegiar sempre os que podem mais, em detrimento dos que podem menos. Segundo, quando se assenta uma família, parte-se do pressuposto, seja ela dos Sem-Terra, seja ela da CUT, seja ela da CONTAG, seja ela de ninguém, de que



se assenta com o objetivo de transformar essa família numa família produtiva, numa família que conquiste sua cidadania, porque assim se justifica a razão dessa família ter voltado para o campo.

Há pelo menos 20 anos nós discutimos isso. A agricultura familiar tem um peso importante, não apenas se a gente analisar a sua capacidade produtiva. A agricultura familiar tem que ser analisada como forma de manutenção das pessoas na sua terra natal, como melhoria da qualidade da produção de alimentos, como uma força de trabalho geradora de ocupação. Muitas vezes não gera o emprego, mas gera o trabalho, mantendo a família no campo. E muito mais importante é que pode evitar que jovens saiam do campo para determinadas atividades nas periferias dos grandes centros metropolitanos, caindo, às vezes, numa criminalidade de forma precoce, porque o Estado brasileiro não consegue dar a essas crianças e jovens a educação necessária e a oportunidade de trabalho.

Quero dizer a vocês que essa medida provisória tem esse objetivo: o de atender 330 mil famílias, mas também sinalizar que outras medidas virão para fazer o reparo histórico que precisa ser feito para aqueles que trabalham na agricultura familiar, para aqueles que estão assentados no campo, até porque queremos fazer com que todos se transformem em famílias produtivas e possam tirar da terra não apenas o sustento da sua família, mas também ganhar um pouco de dinheiro para ter acesso aos bens materiais que todo ser humano tem o direito de ter.

Quero, sobretudo, agradecer aos parlamentares, aos deputados e aos senadores que se dedicaram com muito carinho para que esse acordo fosse feito. E quero dizer para vocês que, se depender da vontade deste Governo, grande parte das coisas que têm que ser aprovadas neste país vai ser feita por acordo. Obviamente que alguma coisa precisará ir para votação, para o enfrentamento. Mas, se depender da vontade do Governo, podem ficar certos os deputados e os senadores, de que vamos tentar as negociações. Somente quando estiverem terminados todos os caminhos para uma boa negociação é que, iremos bater o voto para ver quem tem mais ou quem tem menos.



Isso é um jogo democrático e eu quero dar uma contribuição para que o Brasil evolua, para que o país possa avançar e para que a gente possa, aos poucos, ir recuperando a auto-estima de milhões de brasileiros que estiveram durante tanto tempo desanimados e desacreditados.

Obrigado, senador Aloízio Mercadante. Obrigado, ministro José Dirceu, pelo trabalho de articulação. E obrigado a vocês, que contribuíram para que a gente pudesse tornar a vida de 330 mil famílias menos sofrida neste ano de 2003. Outras medidas provisórias virão. Espero que as mudanças não precisem nem ser feitas através de medida provisória, que possam ser através de projeto de lei, que vamos discutir no Senado e na Câmara.

Meu caro Valadares, você percebe que valeu a pena. Valeu a pena você tomar a posição correta, no tempo certo.

Muito obrigado pela presença de vocês. E vamos continuar acreditando que o Brasil vai mudar de rumo.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
audiência com os Presidentes das Convenções Evangélicas Brasileiras**

Palácio do Planalto, 31 de março de 2003

Eu quero, primeiro, agradecer a presença de todos vocês aqui, em Brasília, na sede do governo federal. Em segundo lugar, quero que vocês saibam que a nossa companheira Benedita da Silva, eleita ministra da Assistência e Promoção Social, que vai ser responsável pela coordenação de todas as políticas sociais do Governo, foi escolhida para cumprir um compromisso que eu tinha assumido com vocês, sobretudo no último encontro que tivemos, no Rio de Janeiro.

Nas três campanhas de que eu participei, nos debates em que pude ter acesso aos evangélicos, eu fazia questão de dizer que qualquer Governo que se enveredar pelo caminho de fazer política social sem respeitar as instituições já existentes e as suas experiências, iria correr o risco de permitir que a burocracia evitasse que qualquer plano ou qualquer política social desse certo no Brasil.

A Benedita é, não uma velha conhecida de vocês, mas uma grande conhecida. E vocês, meus companheiros, pastores e bispos evangélicos, vão entender o que estou falando.

Não foram poucos os candidatos, ao longo da história da Igreja Evangélica, que vocês apoiaram neste país. E não foram poucos, também, os que depois de eleitos tinham vergonha de aparecer numa foto com os evangélicos.

Nós pretendemos mudar essa relação. Nós entendemos que a Igreja Evangélica tem prestado ao Brasil um serviço de excepcional grandeza. Eu já tive a oportunidade de conhecer alguns trabalhos, seja de alfabetização, seja de formação, seja de recuperação de jovens e adolescentes viciados em



drogas, seja de recuperação de presidiários.

E isso só é possível ser feito por pessoas que têm o coração do tamanho do mundo, e por pessoas que acreditem, definitivamente, que a nossa passagem pela Terra é apenas a oportunidade de servir àqueles que precisam mais de nós.

Vocês haverão de ter todas as oportunidades possíveis no contato direto com o Governo, por meio dos ministros, da nossa companheira Benedita e de outras, como a companheira Marina, que são evangélicas, e mais diretamente com o Presidente da República, para que possamos estabelecer as parcerias que o Estado tem que fazer com a sociedade, através das suas instituições, das suas entidades, das suas igrejas, para que as políticas públicas no campo social tenham custo menor do que têm hoje.

E, também, para que a gente comece a ter a certeza de que cada real destinado a fazer a política social chegue para cumprir sua finalidade, sem burocracia, sem intermediário e com a certeza de que esse recurso vai atender à finalidade para a qual foi destinado.

Eu me lembro com quantos de vocês eu conversei pessoalmente e quantas vezes eu fui obrigado a responder, em debate, sobre a questão de que se eu ganhasse as eleições as igrejas evangélicas seriam fechadas.

Eu nunca me importei porque como eu sou um homem que crê em Deus, acho que a pessoa que contava essa mentira no meio evangélico estava mentindo, não para mim, mas para Deus, porque Deus sabia que ela estava mentindo. Agora, Deus está nos dando uma chance de provar quem falava a verdade.

Como Presidente da República e como chefe de Estado tenho que respeitar todos as religiões, até porque cabe ao Estado garantir que da forma mais democrática e mais livre possível, a crença de um ser humano seja exercitada, desde que não sirva para causar o mal a outra pessoa. E nós queremos exercitar essa democracia ao máximo. Mas, muito mais do que a



democracia, nós queremos exercitar a parceria. Uma parceria onde vocês serão convidados, chamados, intimados, no bom sentido, a partilhar conosco o ônus e bônus de uma tarefa muito grande que temos: a de ajudar milhões e milhões de pessoas que não tiveram no mundo a mesma sorte que nós.

O Brasil não pode continuar a ser governado para os 35 milhões ou 40 milhões que podem, que trabalham, que viajam. A esses nós precisamos garantir que continuem tendo acesso ao que já têm. Mas o Governo precisa olhar, definitivamente, para aquele que não teve oportunidade, para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que não conseguiram estudar, que não conseguem trabalhar, e que, às vezes, caíram na criminalidade. São meninas e meninos que caíram na prostituição. Não podemos adotar apenas a prática da punição, temos que acreditar, sobretudo, na recuperação do ser humano.

Por isso, quero agradecer a presença de cada um de vocês. Estou devendo a alguns de vocês alguns compromissos. Tenho que ir a Niterói para participar de um culto. Tenho convite para participar de alguns encontros, de algumas convenções. Vocês, por favor, tratem de fazer pressão sobre a Benedita, para ela me cobrar, porque a pressão é um bem necessário. Porque senão, se você tiver dez tarefas para cumprir e não sentir pressão, você vai ceder àquelas para as quais as pessoas estão exigindo mais. Então, transformem a Benedita na porta-voz de vocês para exigir.

Eu quero ir, até porque precisamos acabar com os preconceitos no Brasil. Preconceito a gente não quebra com palavras, a gente quebra com gestos. E eu pretendo quebrar todos os preconceitos. O primeiro foi uma pessoa vir de onde eu vim e chegar à Presidência da República. Daqui para a frente, quebrar preconceito vai ser a coisa mais fácil do mundo. Sou adversário do preconceito.

Ainda vou dar uma entrevista, um dia desses, ao pastor Washington, quem sabe, vamos ver se surge um tempo.

Mas quero que vocês saibam que neste Governo não haverá



discriminação, não haverá vergonha de conversar com os evangélicos. Iremos tratar todos os seres humanos sem perguntar “qual é a sua crença religiosa?”, “qual é o seu partido político?”, “qual é o seu time de futebol?”, “em quem vai votar, daqui a algum tempo?”. Não vamos perguntar. Nós queremos tratar todos os 175 milhões de brasileiros como seres humanos, que merecem do Governo todo respeito e todo tratamento democrático, o máximo possível.

Muito obrigado, meus companheiros. Muito obrigado pela presença de vocês. E muito obrigado, companheira Benedita, por ter ajudado a fazer esta reunião.

/mcpro/vpm/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 31 de março de 2003

Quero cumprimentar cada membro do Conselho e dizer para vocês que o sucesso do seu trabalho é um pouco o sucesso do desafio que nós todos assumimos e temos o compromisso de realizar.

Eu não tenho podido conversar com todos, mas tenho conversado com algumas pessoas e encontro muito entusiasmo na participação delas no Conselho.

Vocês sabem que, antes da instalação do Conselho, como é de hábito no Brasil, tentou-se criar uma celeuma sobre o seu papel. Afinal de contas, esse Conselho vai fazer o quê e vai substituir quem?

Bem, o Conselho está dando uma demonstração de que não quer substituir o papel de nenhuma instituição. Não é esse o nosso objetivo e eu tenho certeza de que não é esse o objetivo de nenhum membro do Conselho. O que nós estamos tentando fazer é criar mecanismos para que a sociedade brasileira, através das mais diferentes representações, através das suas entidades, possa dizer ao Governo e ao país que rumos gostaria que as coisas tomassem daqui para a frente.

Possivelmente, na história recente do Brasil – eu não vou mencionar a história mais antiga, porque Juscelino Kubitschek conseguiu governar com um Conselho, mas era uma coisa muito mais ministerial – nunca um Conselho foi levado com tanta seriedade pelo Governo como este.

Eu sei das preocupações e da dedicação de vocês. Sei que, às vezes, alguns companheiros e companheiras querem discutir até assuntos que não estão na pauta do Conselho. E haverá sempre a oportunidade de discutir outro assunto.



O que nós estamos tentando fazer, neste momento, é apenas garantir as duas prioridades sem as quais tudo o mais que a gente pensar para a frente ficará mais difícil: a reforma tributária e a reforma previdenciária.

É muito engraçado, pois quando eu comecei a minha vida sindical, em 1969, já havia setores da sociedade que falavam nessas reformas. Trinta e poucos anos se passaram e elas não aconteceram. E elas vão acontecer agora, numa demonstração de que as reformas só acontecerão no país se houver determinação política do Governo.

Como elas vão sair? Vai depender, primeiro, da capacidade que nós tivermos de produzir as propostas. Vai depender, obviamente, da última instância de votação, que é o nosso Congresso Nacional. Mas, de qualquer forma, o que é importante é que, se nós aprovarmos o que entendermos ser consenso entre nós, será muito mais fácil trabalhar o consenso com o Congresso Nacional, a partir de um acerto, aqui.

Pelo que sei, o companheiro Tarso Genro tem tratado o Conselho como se fosse a “menina dos olhos” dele, ou seja, tem tentado criar todas as condições possíveis para que ninguém fique sem debater e para que ninguém reclame que não está participando.

A estrutura de poder do governo federal tem muitos Conselhos. Aliás, eu nunca vi um país com tantos Conselhos como nós tínhamos, embora a maioria, penso eu, nunca tenha se reunido ou, se reuniu, reuniu muito pouco e não deliberava sobre nada que pudesse ser encaminhado ao Congresso Nacional ou ao próprio Presidente da República.

Nós temos consciência de que a reforma entrará no Congresso Nacional antes do previsto. Nós estávamos imaginando fazer um grande debate na sociedade no primeiro semestre e, no segundo, encaminhar para votação no Congresso.

Na minha opinião, a proposta está tão avançada que a gente vai conseguir encaminhá-la ainda no primeiro semestre. Obviamente, temos que



respeitar todo o ritual que existe dentro do Congresso Nacional e nas Comissões, para que o Congresso Nacional possa votar, da forma mais democrática possível, uma proposta que retrate as necessidades do país.

E é importante vocês trabalhem com a seguinte clareza: a reforma tributária não é só do interesse do Presidente da República ou do Governo. A reforma tributária tem urgência porque é de interesse da sociedade brasileira. Não é um assunto pessoal. A reforma tributária sairá mais ou menos perfeita, a depender da capacidade de discussão e de pressão que a própria sociedade tenha que fazer daqui para a frente.

Hoje, eu me reuni com os companheiros sindicalistas e lhes disse que eles nunca foram chamados, durante toda a sua vida sindical, para debater todos os assuntos que precisam ser debatidos no Brasil, como vão ser chamados daqui para a frente.

Agora, o que é importante neste Conselho? Tenho informações das reuniões temáticas que já foram feitas e, para mim, foram mais do que um sucesso. E havia gente que não acreditava que isso fosse possível. Havia gente que imaginava que o Gerdau não poderia estar na mesma sala que o Jorginho, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Havia gente que imaginava que o Gabriel não poderia estar na mesma sala que o Vaccari, do Sindicato dos Bancários, ou que o Paulinho não poderia estar na mesma sala em que estivesse o Marinho, e assim por diante.

O que vocês estão provando? Vocês estão provando que nenhum ser humano precisa abrir mão das suas convicções para exercitar a democracia. A democracia, no fundo, no fundo, se transforma em desejo quando todos nós estamos imbuídos de boa vontade para fazer alguma coisa, não pensando em nós, mas pensando nos outros milhões que não estão participando aqui, junto conosco.

E vocês sabem que o resultado disso é um ensinamento histórico ao nosso país. Muita gente não acreditava quando eu dizia, durante a campanha,



que vocês nunca tinham sido chamados a participar de decisões como seriam chamados nesses quatro anos. Muita gente achava que isso era um blefe, que isso não era verdade: “Onde já se viu, esse Lula, que nós conhecemos como radical, chamar a gente para debater os assuntos que, até então, só debatiam os especialistas ou os que podiam chegar próximo ao Presidente da República?”

Isso é apenas o início. É importante lembrar que essa é a segunda reunião do Conselho. A primeira foi feita no dia 13 de fevereiro. E temos ainda quatro anos pela frente. E vocês sabem que esses dois assuntos que estamos discutindo são apenas dois dos assuntos que têm prioridade. Mas, daqui a pouco, vamos ser convidados a discutir que modelo de desenvolvimento vamos querer para o Brasil. Daqui a pouco, vocês vão ser desafiados a pensar o Brasil daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, pensar o Brasil que cada um de nós quer deixar para os nossos filhos. Daqui a pouco, vamos discutir se determinados setores da economia estão aumentando os preços justamente ou não, porque, daqui a pouco, este Conselho poderá discutir qualquer coisa. Vocês começaram muito acanhados, muita gente sem se conhecer. Daqui a pouco, vocês perceberão e vão dizer: “Encontramos um espaço onde a gente pode se queixar, onde alguém pode se queixar dos juros, onde a indústria pode se queixar do aço, onde o aço pode se queixar da matéria- prima”, e vai por aí afora.

Este Conselho, penso eu, a depender do aprimoramento que vocês tiverem, poderá se transformar num fórum de grande envergadura para as decisões do Governo. E por que eu digo “para as decisões do Governo”? Porque quero que vocês saibam que eu vou levar a sério cada assunto que vocês discutirem aqui. Vou levar a sério cada coisa que vocês pensarem aqui. Não quero que, daqui a alguns anos, alguém diga para mim: “Puxa vida, participei do Conselho mas o Presidente não encaminhou nada.” Não. Pretendo levar muito a sério porque sei o quanto custou criar este Conselho.



Sei como foi difícil montá-lo, sei o quanto somos agradecidos a muitos de vocês por terem aceito participar de reuniões em momentos que, possivelmente, não fosse recomendado participarem de determinadas reuniões.

E o que vocês estão fazendo aqui, na verdade, é ensinar este país a exercitar a sua democracia. As decisões de um Governo não têm que ser, necessariamente, emanadas da máquina burocrática do Governo. Não que ela não tenha o seu peso e o seu valor. Mas ela será muito mais inteligente se aprender a ouvir a sociedade e tirar os ensinamentos para que as coisas possam fluir com mais facilidade.

Da mesma forma que as pessoas pensavam que o Conselho não ia dar certo, não ia funcionar, elas não acreditavam que fosse possível fazer uma reunião com os governadores como nós fizemos. Uma reunião com 27 governadores, sendo apenas três do meu Partido. Portanto, conseguimos estabelecer um consenso na reunião dos governadores que, acredito, nunca tenha havido na história republicana deste país, sem que ninguém pressionasse ninguém, mas que se discutisse os problemas de cada ente da Federação e se tentasse, conjuntamente, assumir a responsabilidade e o compromisso com os ônus e bônus por essas coisas que queremos fazer no Brasil.

Sei que há muitos assuntos para serem discutidos. Vocês sabem que a situação econômica mundial não é das mais promissoras, pelo menos neste momento que estamos vivendo. Mas vocês sabem também que nós conseguimos um certo milagre diante dos descrentes. Havia quem dissesse que o Brasil poderia virar uma Argentina – isso nos primeiros meses de Governo. E vocês estão percebendo que nós estamos remando num rumo muito mais promissor do que muita gente otimista acreditava neste país, ou seja, credibilidade é uma coisa que se conquista. E não se conquista credibilidade com palavras, conquista-se com gestos.



E é por isso que temos pensado cada gesto. É por isso que não temos trabalhado no afogadilho daqueles que querem nos apressar a tomar posição. Nós vamos trabalhar de acordo com um calendário estabelecido por nós, cada coisa vai acontecer no seu tempo e todas elas, certamente, vão acontecer. Vocês estão vendo o dólar caindo, caindo devagarzinho. Mas é bom que caia devagarzinho, porque quanto mais devagar ele cair, mais sólida será a queda dele. O risco-Brasil vocês estão vendo cair. Não tem importância que caia um ponto só ou dois por dia. Nós temos paciência. Vamos esperar.

Quem não está lembrado, aqui, do que diziam de nós, sobre os créditos externos para nossas exportações, que tinham desaparecido em agosto do ano passado? Estão voltando. E não estão voltando por conta de discurso, não. Estão voltando em função de conversa séria, olho no olho, com a intenção de mostrar a importância deste país, porque, se o Governo não mostrar confiança no país que dirige, quem vai confiar no país?

Acho que vários companheiros, mas sobretudo o Palocci, têm tido um comportamento exemplar. Vocês, que acompanham a política de fora, sabem que não foi fácil o trabalho que este Governo fez, sob a coordenação do companheiro José Dirceu, para articular essa maioria no Congresso Nacional, para eleger o Presidente da Câmara, para eleger o Presidente do Senado. São situações que pareciam impossíveis em janeiro, coisas que qualquer analista político mais pessimista escreveria como sendo impossível.

E vocês estão lembrando do que a gente dizia na campanha: “Vamos começar fazendo apenas o necessário. Depois, vamos fazer o possível e, quando menos se esperar, nós estaremos realizando o impossível”. E o impossível vai acontecer não muito tarde. A economia brasileira vai voltar a crescer, nós vamos voltar a gerar empregos e vamos voltar a distribuir renda neste país, que é um dos objetivos centrais do nosso governo. Foi isso que nós nos propusemos.

Vocês sabem que combater a corrupção não é uma coisa fácil. Se fosse



fácil, outros já teriam combatido. É um trabalho muito mais de inteligência do que de bravata. Não adianta ir à televisão dizer que vamos prender corruptos. É melhor descobri-los primeiro, de forma muito cautelosa para não acusar inocentes e para não condenar ninguém *a priori*. As pessoas devem ser condenadas quando for devidamente comprovada a denúncia de corrupção. Isso nós vamos fazer no devido tempo. Cada coisa vai ter o seu tempo e nós vamos trabalhar com a tranqüilidade com que estamos trabalhando até agora.

Não é possível que a gente não tenha maior participação no mercado externo. E tudo isso tem que ser trabalhado. Ninguém virá aqui, no Brasil, oferecer nada para nós. Engana-se aquele que acha que alguém vai comprar do Brasil porque os olhos do Presidente são azuis. Não vai. Ou nós vamos lá fora, vender o que produzimos, defender a nossa indústria, a nossa agricultura, a nossa tecnologia, ou ninguém vai nos defender.

Eu pelo menos tenho dito aos meus companheiros: não é possível que um Presidente de um país do tamanho do Brasil viaje para o exterior e chegue lá e comece a chorar: Quando a gente viaja, tem que “vender” otimismo com relação ao país, tem que “vender” as coisas boas que nós temos. Este país não é só o país do carnaval, do futebol ou da criança de rua. Este país é o país da indústria, da matéria-prima, do comércio, do turismo. E é isso que temos que passar para fora se quisermos ganhar esse espaço.

Eu quero terminar dizendo a vocês que os resultados obtidos até agora têm me deixado muito otimista. Eu confesso a vocês que todo dia acordo com a certeza de que, cada dia, daqui para a frente, vai ser muito melhor. Temos alguns ajustes para fazer. E eles serão feitos com muita tranqüilidade, com muito cuidado. Não vamos apressar absolutamente nada. Mas vamos fazer as exportações brasileiras voltarem a crescer, pois o Brasil precisa disso, e vocês sabem o quanto isso é importante. Mas estamos com dois programas que consideramos muito importantes, que é o programa de geração de empregos e o programa de combate à fome.



Nós precisamos ter em conta que a geração de empregos é a oportunidade que temos de não permitir que a nossa juventude enverede pelo caminho errado. E essa responsabilidade não é só de algum ministro, individualmente, não é só do Presidente da República, não é só de uma secretaria especial. Essa responsabilidade é nossa.

Eu acho que cada um pode fazer um pouco mais do que está fazendo, porque se não plantarmos agora, certamente não iremos colher um Brasil melhor, mais produtivo, com melhor educação e melhor saúde.

Eu acho que cada empresário pode dar a sua contribuição. Acho que vocês têm contribuído muito, eu tenho tido exemplos extraordinários. Nesses poucos meses têm acontecido coisas fantásticas, envolvendo pessoas que eu, particularmente, nem esperava. Mas, de repente, sou procurado porque a pessoa está anunciando uma posição que vai nos ajudar, ora arrumando mil empregos, ora uma quantidade enorme de produtos, ora um compromisso com alguma coisa.

Eu vou lhes contar duas coisas muito especiais. Uma, porque a Viviane Senna está aqui, ela me contou e eu acho que posso contar aqui, no microfone. A Pirelli vai, junto com o governo federal e com o governo estadual, assumir o compromisso de alfabetizar o estado do Acre em três anos. E eu recebi um telefonema da Viviane Senna me contando uma coisa muito interessante, da qual talvez alguns de vocês até estejam participando: vários empresários – acho que por volta de cem empresários – assumiram o compromisso de recuperar um milhão de crianças no estado de Pernambuco que tinham excesso de repetência, talvez por problemas de desnutrição. Eu sei, Viviane, que lá havia um problema de falta de vitamina A, que prejudicava muito as crianças.

No Sesi, o Armando fez um acordo com o Ministério da Educação para alfabetizar dois milhões de brasileiros e brasileiras. Eu fico imaginando se cada um assumir um compromisso.



Estou sabendo que a Febraban está discutindo a questão das cisternas no Nordeste brasileiro. Nós vamos tentar levar isso muito a sério. E cada companheiro que tiver condições de ajudar, não se faça de rogado, pois nós aceitaremos humildemente as ajudas, porque o Brasil é da minha responsabilidade mas é da responsabilidade de vocês também. Então, todos nós precisamos ter isso em mente, para a gente sonhar que vai recuperar o Brasil. Terminada essa fase, nós ainda vamos ter uma definição da proposta da Previdência, depois, certamente, o grupo temático será chamado para discutir a questão da Previdência Social.

A minha idéia é que, no dia em que eu for entregar essa proposta ao Congresso Nacional, a gente possa reunir os 27 governadores de Estado e o Conselho, para sairmos do Palácio, atravessarmos a rua e lá, no Congresso Nacional, entregarmos a proposta ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, para todo mundo saber que não é uma proposta do Presidente da República, nem do coordenador do Conselho, nem do ministro da Fazenda ou da Casa Civil. É uma proposta da sociedade brasileira.

Quando a gente passar essa imagem para a sociedade, quem sabe, a gente ganhe tempo na aprovação dessa matéria, porque há outros temas importantes para discutir. Desde muito tempo, tenho discutido com os companheiros do IEDI um modelo de desenvolvimento para o país. Acho que a proposta tem coisas muito interessantes. Alguns de vocês já discutiram isso. E talvez seja, dependendo da vontade do Conselho, um assunto a ser discutido aqui, porque todos vocês estão conscientes de que o desenvolvimento é condição fundamental para que este país dê o seu salto de qualidade. E a gente não precisará mais ficar assistindo ao telejornal, todo dia, às 2 horas da manhã, para saber se o dólar caiu, se o dólar aumentou, se a Bolsa caiu, se a Bolsa subiu, como é que está a compra dos títulos do Brasil lá fora. Quando este país voltar a crescer, quando a gente voltar a gerar empregos e gerar renda, aí, possivelmente, a gente deixará de olhar para o computador.



Esses dias, um companheiro dizia para mim: “Presidente, fale para o Palocci conversar mais com a gente e não olhar tanto para o computador”. Aí eu falei: “Mas porque ele olha para o computador?” “Porque toda hora ele quer saber se o risco-Brasil caiu, se o dólar caiu, se os títulos do Brasil aumentaram.” E quando o José Dirceu chegou à minha sala, eu estava do mesmo jeito, no computador, dando uma olhada. E isso, obviamente, não pode continuar sendo a razão para onde a gente dirige os nossos olhos. Temos outras coisas para olhar além de ficar ao computador.

Quero parabenizar cada um de vocês e dizer que o trabalho que vocês estão fazendo é gratificante. A disposição de vocês é por demais gratificante. E espero que vocês estejam, neste momento, ensinando as autoridades brasileiras, desde o Presidente ao mais humilde servidor público, e a toda a sociedade brasileira, que é possível o exercício da democracia, mesmo na diversidade.

Vejam que coisa maravilhosa: eu nunca perguntei a que partido vocês são filiados, nunca perguntei em que candidato vocês votaram, nunca perguntei em quem vocês vão votar nas próximas eleições. O que quero não é o cidadão-eleitor. O que eu quero não é o cidadão-político. O que eu quero é o cidadão-cidadão pensando neste país. Se vocês fizerem corretamente a tarefa de apresentar as melhores reformas para o Brasil, quando chegar o dia das eleições vocês poderão gritar “Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós” e votar em quem vocês quiserem. Nunca pedimos aqui para vocês não criticarem o Governo. Por quê? Porque essa relação tem que ser sincera, tem que ser honesta. Essa relação não pode ser uma meia relação, em que vocês vêm aqui para cumprir o ritual porque assumiram um compromisso ou onde nós discutimos com vocês porque queremos mostrar para a sociedade que há democracia. Se for assim, não dará certo.

Então, quero que vocês saibam que, da parte do governo, haverá toda a seriedade possível na nossa relação com vocês. E tenho certeza de que a



recíproca será verdadeira. Com esse gesto, estaremos consolidando definitivamente a democracia no Brasil e dizendo para os incrédulos que parem de ser pessimistas, porque neste país tem muita gente otimista. Eu sou um deles. Continuo acreditando piamente, meu caro Benjamim, como sempre acreditei, mesmo quando o Palocci teve que anunciar, através do Guido Mantega, um corte de 14 bilhões. Mesmo quando foi anunciado o corte, e nós sabíamos que ele era necessário, eu, em nenhum momento, perdi o otimismo de dizer: este país vai dar certo. Até porque o que está em julgamento não é o mandato deste ou daquele, mas um novo momento histórico que este país está atravessando. Acho que a gente não pode jogar isso fora.

Muito obrigado. E espero poder agradecer a vocês muito mais quando tivermos produzido as propostas que temos que produzir. E agradeço ao companheiro Tarso, que tem sido uma figura muito competente na articulação deste Conselho. Ele tem trazido todos os ministros aqui, a toda hora, para debater. Acho que nunca ninguém foi ao Congresso, em quatro anos, como o Palocci já foi em três meses – quatro vezes.

E o lema nosso é o seguinte: não há tema que não deva ser discutido. Qualquer tema, que possa ser, claramente, discutido publicamente, pois o que não puder a gente não vai discutir, o Governo estará disposto a discutir. Nada, mas nada mesmo, nos fará fugir de um debate e de discutir os assuntos do Brasil. E, com a ajuda de vocês, certamente, o sucesso será muito maior.

Muito obrigado, gente. Que Deus ilumine vocês e ajude efetivamente o nosso país.